



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE ARTILHARIA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

“O Papel das Nações Unidas em Moçambique”

Autor: ASP OF AL ART Jerónimo Botão

Orientador: TCOR ART Afonso Jorge

Co – Orientador: TCOR ART Mendes Dias

Lisboa, 30 de Julho de 2009



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO
CURSO DE ARTILHARIA

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

“O Papel das Nações Unidas em Moçambique”

Autor: ASP OF AL ART Jerónimo Botão

Orientador: TCOR ART Afonso Jorge

Co – Orientador: TCOR ART Mendes Dias

Lisboa, 30 de Julho de 2009



DEDICATÓRIA

Aos meus Pais e Irmãos.

À minha namorada, pelo apoio e confiança transmitida.

O meu muito obrigado!

Que cuide bem do nosso bebé que brevemente virá ao Mundo.



AGRADECIMENTO

- Gostaria de agradecer ao meu orientador, Tenente-Coronel Afonso Jorge, pela forma como sempre orientou o meu trabalho, pela inestimável disponibilidade, pelo interesse demonstrado e ímpar capacidade de motivação.
- Ao meu co-orientador, Tenente-Coronel Mendes Dias, pela sua disponibilidade e opinião crítica que sempre contribuiu para o enriquecimento do meu Trabalho, tendo o mesmo demonstrado um vasto leque de conhecimentos sobre o tema tratado.
- Ao Adido de defesa de Moçambique em Portugal, pelo importante contributo na análise do tema efectuado por meio da Entrevista, e pela sua diligente disponibilidade.
- As Senhoras Bibliotecárias do IESM, do IDN e da Academia Militar pelo auxílio prestado nas buscas e revisões das Bibliografias.
- À Dona Cristina que me incentivou bastante a frequentar este Curso na Academia Militar, ao meu amigo Dr. Obadias Cossa.
- Ao Coronel Mataruca, pelos manuais fornecidos e disponibilidade manifesta.



ÍNDICE GERAL

Índice de tabelas.....	v
Índice de anexos.....	v
Lista de siglas e abreviaturas	vi
Epígrafe	viii
Resumo	ix
Abstract.....	x
I-INTRODUÇÃO	1
II- ANTECEDENTES	5
II.1- Frente de Libertação de Moçambique.....	5
II.2- Resistência Nacional.....	6
II.3- Acordos de Incomati e Percurso para a Pacificação.....	7
II.3.1- O Caminho para a Negociação	9
II.3.2- Negociação.....	10
III-REQUISITOS PARA A ESTABILIZAÇÃO DO PAIS	12
III.1-O Acordo de paz.....	12
III.2-Termo do Conflito Armado	12
III.2.1-Cessar-fogo	13
III.2.2-Separação/concentração de forças.....	13
III.2.3-Desmobilização	15
III.3-As Forças Armadas de Defesa de Moçambique	17
III.4- Controlo e Destruição de Armas	18
III.5-Reintegração	19



IV-ONUMOZ	20
IV.1-Generalidades.....	20
IV.2- Mandato da ONUMOZ	20
IV.3-Limitações e Dificuldades	23
IV.4.-O Reencontro das Partes.....	24
IV.5-Principais Dificuldades Políticas.....	26
IV.6.-O Final Ilusório do Mandato	28
IV.7.-O Processo Eleitoral	28
IV.7- O Fim do Mandato da ONUMOZ	30
IV.8- Aspectos Chave da Actuação da ONUMOZ	30
V- CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
V.1- Discussão do Trabalho	32
V.2- Verificação de Hipóteses	34
V.3- Conclusões	35
VI-BIBLIOGRAFIA	37



LISTA DE TABELAS

Tabela 3.1-Protocolos e Documentos do Acordo de Paz	12
Tabela 4.1-Forças Militares	22
Tabela 4.2-Novo Calendário do Mandato.....	28

ÍNDICE DE ANEXOS

ANEXO A	39
ANEXO B.....	45
ANEXO C.....	46
ANEXO D.....	47
ANEXO E.....	48
ANEXO F	49



LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A

AGP	Acordo Geral de Paz
ANC	Congresso Nacional Africano

C

CCF	Comissão de Cessar-fogo
CCFADM	Comissão conjunta para a formação das FADM
CS	Conselho de segurança
CSC	Comissão de supervisão e controlo
CORE	Comissão de Reintegração de Militares Desmobilizados
CNE	Comissão nacional de eleições
CE	Comunidade Europeia
CIVPOL	Polícia Civil Internacional
CTNA	Centros de Tropas Não Acantonadas

D

DTU	Unidade Técnica para a Desmobilização
DGPDN	Direcção Geral de Política de Defesa Nacional

E

<i>E-day</i>	Dia da adopção do acordo
--------------	--------------------------

F

FAM	Forças Armadas de Moçambique
FADM	Forças Armadas de Defesa de Moçambique
FPLM	Frente Popular de libertação de Moçambique
FRELIMO	Frente de libertação de Moçambique
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
IDN	Instituto de Defesa Nacional
IOM	Organização Mundial de Migração

M

MANU	União Nacional Africana de Moçambique
MNR	Movimento Nacional de Resistência
MDN	Ministério da Defesa Nacional



O

ONU	Organização das Nações Unidas
ONUMOZ	Organização das Nações Unidas em Moçambique
OUA	Organização da União Africana
OIM	Organização Internacional de Migração

R

RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
RSS	Sistema de Apoio a Reintegração
RDA's	Regiões de Depósito de Armamento

S

SG	Secretário-geral
----	------------------

T

TPOA	Tirocínio para Oficial da Artilharia
TCA	Termo do Conflito Armado

U

UNAMI	União Nacional Africana de Moçambique Independente Nacional de Moçambique
UDENAM	União Democrática de Moçambique
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento
internacional	
UNDP	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNAHOC	Operações humanitárias das Nações Unidas

W

WHO	Organização Mundial de Saúde
-----	------------------------------

Z

ZANU	Movimento Independente do Zimbabué
------	------------------------------------



"O tempo é algo que não volta atrás, portanto, plante seu jardim e decore sua alma ao invés de esperar que alguém lhe mande flores."

William Shakespeare



RESUMO

Este trabalho enfatiza numa forma geral os acontecimentos que se deram em Moçambique, desde a independência (1975) até à realização das primeiras eleições (1994), e em particular, procura-se descrever e identificar os aspectos-chave que contribuíram decisivamente para a realização duma operação tão bem sucedida.

As Nações Unidas têm desde a sua fundação, apostado na formação dos Estados em conflito ou atormentados pela guerra, para garantir a paz, estabilidade por meio da resolução de conflitos.

A operação de manutenção de Paz efectuada pelas Nações Unidas em Moçambique, foi marcada pelo envio de militares e observadores, e por um apoio visível dos Estados membros que dela fazem parte, os quais procuraram por várias formas persuadir as partes a chegarem a um consenso, sobre a ideia de que a democracia era a melhor forma para resolver os seus problemas. Mas para se chegar a ela, tinham que se assinar e respeitar várias cláusulas como instrumento mais nobre para garantir a segurança das partes durante todo o processo de paz.

É de referir que tais cláusulas serviriam também como guião para actuação das forças internacionais, de forma a optimizarem o clima necessário para criarem um ambiente de confiança, o que acima de tudo exigiu das Nações Unidas o uso da Imparcialidade.

Palavras-chave: RESOLUÇÃO DE CONFLITOS, OPERAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PAZ, CONSENTIMENTO, ACORDO E IMPLEMENTAÇÃO DA PAZ.



ABSTRACT

This work, generally, emphasizes the whole episode that took place in Mozambique, since the independence year (1975) until the attainment of the first election (1994). In particular, we try to describe and draw out the topics, the major details that gave impulsion for the success of this operation in Mozambique.

The United Nations have steadily aim their objectives in the formation of conflicts States or States victimized by the War, to guarantee the Peace, and harmony through resolution of the conflict. The peace-keeping operation in Mozambique, was obviously marked by the deployment of military personnel and observers, and by the visible aid of the Member-States who is part of the Organization, and this member States tried to persuade the parts in conflict to reach at any agreement based in a mutual consent that democracy is the ideal way to let them solve their problems. But to get to democracy they had to sign a lot of documents during their summit with the International Organization as the assurance to make the parts believe that they were under security during the peace process. The same agreements signed by the parts was the main instrument that the United Nation used to make their mandate, and try to be fare and play the role of an Impartial Organization.

Key - Words: CONFLICTS RESOLUTIONS, PEACE-KEEPING OPERATION, THE CONSENT, ACCORD AND PEACE –BUILDING.



CAPÍTULO - I

INTRODUÇÃO

“Não há questão mais pertinente ao nível das relações internacionais do que saber qual é o papel das intervenções externas no fazer (ou refazer) de um estado” (Reis, 2003,P.47).

É com o término da Guerra-Fria¹ que se assiste a nível Mundial, a esforços para a resolução de conflitos internos, que na maioria são resultado directo da bipolarização. As Nações Unidas (Anexo A) surgiram como um instrumento viável para fornecer o apoio à implementação da paz nos países em conflito. Daí que se justifica o aumento considerável do apelo à intervenção das Nações Unidas, verificando-se que esses apelos são na sua maioria oriundos de países Africanos.

As Missões das Nações Unidas foram sofrendo várias alterações, como corolário das experiências tidas noutras operações anteriores, procurando não só contribuir na separação das partes, mas também ao nível da formação dum Estado Soberano e democrático. Estes tipos de intervenções acarretam muitos custos, pois a actuação das Nações Unidas iria compreender; preparação das eleições, distribuição da ajuda humanitária, desmobilização dos combatentes, acantonamento e desmilitarização (Branco, 2003,p. 83-84). Neste Contexto e no caso particular de África, após a falha tida na sua missão em Angola, as Nações Unidas procuraram intervir em Moçambique duma forma eficiente e eficaz para fortalecer a sua credibilidade (Zacarias, 1996, p. 8).

1.1 Objectivo e finalidade do Trabalho

Este trabalho visa fornecer dados importantes e esclarecedores de toda a panóplia caracterizadora duma série de acções desenvolvidas pelas Organizações Internacionais na resolução de conflitos Internos, que no caso concreto das Nações Unidas será a de demonstrar a sua actuação na implementação do Acordo de Paz, a fim de detectarmos os factores mais marcantes desta operação bem como analisarmos os factores que favoreceram a actuação das Nu durante o processo rumo ao estabelecimento da Paz. E por último há que frisar o contributo que este trabalho irá dar á redacção da própria história

¹ Designação atribuída ao período histórico de disputas estratégicas e conflitos indirectos entre os Estados Unidos e a União Soviética. Ver http://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_Fria, 2009-03-30, 16h.30min



Moçambicana bem como ao enriquecimento das outras concepções já fundamentadas acerca do assunto.

1.2 Delimitação do Tema

A crescente necessidade e o receio de voltar a realizar uma operação sem sucesso, levou as Nações Unidas a alterarem a sua forma anterior de actuar nas operações de apoio à paz. Neste contexto de investigação e no âmbito do Tirocínio para Oficial de Artilharia (TPOA), coube-nos desenvolver o tema “ **O PAPEL DAS NAÇÕES UNIDAS EM MOÇAMBIQUE**”, assim iremos ilustrar a forma como decorreu a operação da ONU em termos de sucesso, e emana dessa necessidade, saber como foi que as Nações Unidas fizeram com que as partes cumprissem com todos os princípios por eles assinados (desmobilização, desmilitarização, reintegração social, e formação das Forças Armadas) e saber se a Organização da Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ) foi auto-suficiente para cumprir a missão nas áreas operacionais normalizadas no mandato.

Este tema visa não só desenvolver a capacidade de estruturar a informação de forma a redigir este género de trabalho, como também transmitir a experiência tida pela ONU, a qual é frisada através do insucesso tido em manter um clima estável nos países como a Angola e Somália (Homwana, 2001, p.7). É Importante saber se a estabilização dos países na sua essência é efectuada somente pela força internacional ou deve-se na sua maior parte ao contributo gerado pelo entendimento das partes.

Em vários territórios percorridos pela ONU, nunca tinha existido tão elevado interesse em desenvolver uma operação diferente que fosse capaz de alcançar um fim que garantisse uma estabilização e também espelhasse o esforço fornecido pelos membros da Organização.

Após a Guerra-fria, que aliás foi um dos pilares para a eclosão dos movimentos de luta anticolonial, surgiu em Moçambique uma Frente de Libertação Nacional, a qual é resultado directo da união dos pequenos movimentos que existiam no país. Todavia, existia no seio deste grupo um clima de descontentamento. Assim sendo, *a posterior* existência de duas facções não foi surpresa, tendo sido agravada pela implementação de políticas aplicadas pelo Governo de Samora Machel, políticas essas, que afectaram não só internamente, como ao nível dalguns países vizinhos, os quais vieram a apoiar a Resistência contra o Governo.

1.3 Metodologia

Durante o processo de investigação deparamo-nos com aspectos que nos deixaram com imensa dúvida. O que foi agravado pela limitação para entrevistarmos elementos



chaves da negociação, bem como dos que participaram activamente por parte das Nações Unidas. Ficamos restringidos ao uso de fontes bibliográficas, ou seja fontes escritas. Estas foram retiradas de várias Bibliotecas como; do IESM, do IDN e Bibliotecas da Academia Militar. Foram ainda efectuadas algumas entrevistas, na busca de complementar informações, de forma a fazer a comparação das fontes e apurar a veracidade dos factos. E numa das entrevistas, por opção da entidade que respondeu, optou-se por colocar somente as questões efectuadas em anexo.

Dada a temática e seleccionado o problema, estabelecemos como questão central “Que factores contribuíram para o sucesso da operação das Nações Unidas em Moçambique durante o processo de paz (1992-1994)?” E de forma a responder a questão central, apoiamo-nos nas seguintes questões derivadas:

Qual foi o contributo das partes beligerantes na operação, antes da intervenção das Nações Unidas?

A que tipos de compromissos as partes estiveram vinculadas, para que o processo de paz se tenha tornado mais flexível?

A que tipo de documentação esteve vinculada a Organização das Nações Unidas para garantir a implementação da Paz?

Terá havido necessidade de alterar os planos prescritos no mandato? Porquê?

Que medidas foram adoptadas para responder aos princípios mais críticos de cada protocolo?

Com base em Operações actuais desenvolvidas por várias organizações, e com recurso a algumas fontes escritas e das operações falhadas, levantamos algumas hipóteses, nomeadamente:

H.1) A continuidade dos apoios exteriores para uma das forças pode ser um obstáculo ao estabelecimento de negociações;

H.2) A existência de vontade entre as partes para se alcançar a paz é um factor crucial;

H.3) Um conhecimento mais aprofundado das condições do terreno e dimensão da população, bem como das forças pode facilitar a elaboração de um planeamento pormenorizado que vislumbre bons resultados;

H.4) A operação de Manutenção de paz carece da intervenção de diversas organizações, quer regionais, quer internacionais ou não governamentais, bem como de alguns países que se voluntariam.

Todo este conjunto de hipótese conduziu-nos a uma conclusão geral confirmando que para todas as operações de manutenção de paz, as negociações com as partes não devem ser forçadas e sempre que possível acompanhar as necessidades dos interessados. E o recurso a diplomacia constitui canal perfeito para o alcance da paz.



1.4 Organização do Trabalho

O trabalho divide-se em 5 grandes capítulos, seguidos, da seguinte forma:

O primeiro capítulo dá as noções gerais daquilo que se irá tratar no texto, as orientações metodológicas, e meios usados na busca e selecção de informação.

O segundo capítulo caracteriza sinteticamente os antecedentes, descrevendo os acontecimentos que deram origem à guerra civil em Moçambique, apontando os motivos e os demais factores que duma forma directa ou indirecta influenciaram o desenrolar da guerra. E seu subcapítulo debruça-se sobre as forças beligerantes, designadamente na necessidade de dar o passo inicial para a urgência de diálogo e assinatura de acordos.

O terceiro capítulo inerente aos aspectos ligados a assinatura do Acordo de Paz (que constitui o alicerce do processo de paz), e os princípios que iriam conduzir todo o comportamento das partes com vista a alcançar um clima de paz dentro do território Moçambicano. Estes princípios estão inseridos nos protocolos e brotam do próprio acordo de paz, como por exemplo a desmobilização, formação das novas forças armadas. No entanto, é todo um conjunto de elementos que iriam elevar a credibilidade na consecução da democracia. E para melhor compreenderem o capítulo, demos algumas luzes daquilo que constituíram a actividade das NU.

No quarto Capítulo, trataremos da Onumoz, das razões da sua intervenção, referindo sempre que possível, os respectivos documentos que regiam todas as suas acções durante a missão, as dificuldades tidas, a sua eficácia no planeamento do tempo de permanência para o cumprimento da missão que lhe foi incumbida.

No quinto capítulo finalizamos o trabalho com as considerações finais (em forma de análise das hipóteses colocadas) e as conclusões, que constituem por sua vez elementos chaves do trabalho, uma vez que as hipóteses traçadas sofrem aqui um tratamento especial para verificar da sua veracidade, e por último respondemos a questão central, a partir das derivadas, de maneira a cumprir com o objectivo do trabalho que é analisar se a Onumoz conseguiu de facto cumprir com a sua missão.



CAPITULO II

ANTECEDENTES

Neste presente Capitulo iremos fazer um estudo das partes beligerantes intervenientes no conflito bem como dos pactos necessários para assinatura do acordo. E teremos no mesmo capítulo uma informação detalhada dos primeiros sinais que levaram a assinatura do Acordo de Roma.

II.1. Frente de Libertação de Moçambique

A Conferência dos países não alinhados², reunidos em Bandung, em 1955, marca decisivamente o aprofundar do movimento anti-colonialista Africano, sendo apontada como a impulsionadora da revolução Africana (Garcia, 2001, p. 177)

Em Moçambique existiam 3 movimentos de luta pela Independência, a UDENAMO (União Democrática de Moçambique) criada em 1960 na Rodésia, MANU (União Nacional Africana de Moçambique) fundada na Tanzânia em 1959, e a UNAMI (União Nacional Africana de Moçambique Independente) criada em 1959. Após a independência da vizinha Tanzânia, foram feitos esforços para desencadear uma acção de libertação de Moçambique através da junção dos movimentos atrás referidos com vista a formar uma única frente ou um único partido. Com base no protocolo assinado entre os 3 movimentos, a 25 de Maio de 1962³ foi criada a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)⁴ a 25 de Junho de 1962, sendo liderada pelo Presidente Eduardo Mondlane.

Em 1969 Mondlane já admitia o marxismo-leninismo em 1969,mas é com a ascensão de Samora Machel ao poder que o sistema teve maior impacto, Machel defendia que a ideologia política não surgiu como produto de uma importação, mas sim dum processo de luta interna entre classes, que permitiu o assumir e interiorizar dos fundamentos do socialismo científico, situação que terá contribuído para o próprio desenvolvimento daquela ideologia (Garcia, 2001, p.189).

Moçambique atinge a independência a 25 de Junho de 1975 e Samora torna-se o primeiro presidente de Moçambique, tendo o Governo sido formado com um único partido que é a FRELIMO. Entre 1975 a 1977 foram tomadas medidas no sentido de transformar o exército guerrilheiro Frente Popular de Libertação de Moçambique (FPLM) num exército regular Frente Popular de Libertação de Moçambique/Frente de Libertação de Moçambique

² É uma associação de países, formados com o aparecimento dos dois grandes opostos durante a Guerra-Fria. Tinham como objectivo, manter uma posição neutra e não associada a nenhum dos blocos.

³ O protocolo servia para estabelecer o acordo que visasse a formação de um único movimento

⁴ A FRELIMO, recebia vários apoios dos Países como; URSS (China), Zimbabwe, Tanzânia, Grã – Bretanha, França,, Espanha e Portugal (Janete,2005, p. 1191)



(FPLM/FAM) que apoiasse o Governo, o que se veio a materializar no dia 25 de Setembro de 1977⁵.

As FPLM/FAM procuraram no contexto regional, após a independência, apoiar outros movimentos dos países vizinhos para conquistar a independência. Sendo assim, o Governo Moçambicano com o seu exército apoiou de forma viva a ZANU (Movimento Independente do Zimbabué) que tinha na sua liderança o actual presidente do Zimbabwe, Roberto Mugabe.

Com esta medida, dois acontecimentos serviram de base para o eclodir do conflito: primeiro, o Governo da Rodésia não queria que o Zimbabwe se tornasse independente; e o segundo foi o aumento do número de homens descontentes dentro da FRELIMO. E com vista a desacelerar o apoio do Governo ao Zimbabwe, a Rodésia vai-se aproveitar dos Homens descontentes na FRELIMO para criar e formar o Movimento Nacional de Resistência (MNR)⁶ no ano de 1976. Este movimento foi criado na Rodésia sob a responsabilidade de Ian Smith⁷, cujo presidente do movimento de resistência era o André Matade Matsangaíssa. Contudo, não se pode dizer que uma das razões da revolta tenha tido origem na pouca influência exercida pela FRELIMO nas áreas mais a Norte do país, bem como, ao facto de ter na sua liderança indivíduos do Sul, como são exemplo Mondlane, Samora e Chissano.

As tentativas de impedir o apoio de Moçambique ao Zimbabué resultaram na destruição de muitas infra-estruturas e no corte das comunicações marítimas para impedir que os países que se opunham ao sistema político moçambicano se servissem do corredor. O apoio à resistência foi-se tornando cada vez maior, sendo a África do Sul um dos que contribuíram para apoiar a mesma.

O aumento do apoio à Resistência deveu-se na íntegra à implementação do sistema político soviético, na altura contestado pelo Regime do Apartheid⁸ vigente na África do Sul e também pelo Regime Vigente no Zimbabwe, onde as minorias Brancas se sobrepunham sobre os negros.

II.2. Resistência Nacional Moçambicana

A Rodésia para se revoltar, aproveitou-se dos elementos descontentes e dos indisciplinados que não eram tolerados na presidência do presidente Samora Machel para

⁵ Data em que actualmente corresponde ao dia das Forças Armadas de Moçambique.

⁶ Foi um movimento criado pelos Rhodesia's Central Intelligence Organization sob a designação inicial de Mozambique National Resistance e que traduzido em Português significa RENAMO.

⁷ Líder do movimento Rodesiano, fundou a frente Rodesiana em 1964. Foi neste mesmo ano Chefe do Governo e Ministro de Defesa, enfrentou várias resistências internas e externas devido as suas políticas, que quanto mais não eram também reconhecidas pela Grã-Bretanha.

⁸ Apartheid significa “vidas separadas”, é um regime segregacionista que negava aos negros da África do Sul os direitos sociais, económicos e políticos.



formar um Movimento de resistência designado por RENAMO⁹. Os militares deste Movimento eram treinados na Rodésia e iriam travar conflitos no centro do país onde combatiam forças Zimbabueanas e algumas forças do governo, visto que a representação da FRELIMO era quase insignificante no centro. “A RENAMO é um típico de serviços de *intelligence*” (Janete, 2005).

Com a morte de André Matsangaíssa veio o enfraquecimento da resistência, mas quem o substituiu foi o Afonso Dhlakama. Os dias da RENAMO estavam contados, como Dhlakama disse: “quando Matsangaíssa morreu o caminho para a destruição já se avizinhava” (Homwana, 1996, p.11). A crise em Moçambique deveu-se em grande parte ao apoio da FRELIMO ao Zimbabué, e para abrandar a crise viu-se uma solução flexível, baseada em negociações entre o Governo e a África do Sul, acordo esse que foi designado por Acordo de Incomáti.

II.3. Acordos de Incomáti e o Percurso para a Pacificação

O Acordo de Incomáti constituiu um pacto de não agressão com a África do Sul para pôr cobro à onda de agressões militares que os sul-africanos faziam contra o nosso país¹⁰

De acordo com Jacinto Veloso¹¹, a África do Sul substituiu a Rodésia do Sul no apoio logístico e militar à RENAMO com o objectivo de desestabilizar o país e se possível tomar o poder. “Face a este quadro, o presidente Samora disse basta e iniciou contactos com a África do Sul para se firmar um pacto de não agressão e assim nasce o Acordo de Incomáti a 16 de Março de 1984, assinados pelo presidente Machel e Pieter Wilem Botha¹².

Nos artigos do acordo, estavam presentes: o respeito pela independência, e o cumprimento da não interferência nos assuntos internos. O Governo pressionava a África do Sul para cessar o apoio à RENAMO, e a África do Sul por sua vez apelava o não apoio ao Congresso Nacional Africano (ANC) que se revoltava contra o Apartheid.

O acordo não foi cumprido na íntegra, pois a África do sul continuou a fortalecer a Resistência Moçambicana e cada vez mais se intensificava a crise e o interesse dos comerciantes portugueses era maior. A RENAMO, tornando-se cada vez mais autónoma e com uma certa autonomia, apresentando-se como um grupo coeso, realizou por sua vez várias acções de sabotagens à África do Sul, bem como, aos comerciantes Portugueses. É exemplo disso, o corte de canais de acesso à barragem de Cahora Bassa (UNIDIR, 2001, p.17).

⁹ A RENAMO recebia apoios da África do Sul, Malawi, Quénia, Arábia Saudita e Emiratos Árabes(Janete,2005,p.1192)

¹⁰ http://macua.blogs.com/moambique_para_todos/files/luta_armada_foiimposta_pela_histria.doc,
acedido em 30 de Abril de 2009

¹¹ Antigo Ministro de Segurança e membro do Governo de Samora Machel

¹² Primeiro-Ministro Sul-africano entre 1978 e 1984, e Presidente do Estado com poder executivo entre 1984 a 1989.



O Governo de Machel fortaleceu o seu exército, devido a intransigência da oposição, enquanto procurava por meios diplomáticos, manter conversações com países que ajudavam a oposição, o exemplo de Malawi. Embora Malawi tenha cedido, não foi suficiente para a resolução dos problemas; no entanto, Joaquim Alberto Chissano, sucessor de Machel em Novembro de 1986, oferecia uma amnistia aos militares da oposição que se submetessem às autoridades. Isso levou a uma redução, mas não suficientemente forte para quebrar a Resistência. Desta feita, seguiu-se um período de negociações e disputas, no sentido de alcançar a estabilidade. Como iremos ver, esse processo apelou à participação de outras entidades como garante das conversações. Uma das participações foi do Quénia, a qual apoiava a RENAMO, e o Zimbabué que apoiava a FRELIMO. Antes porém, há que frisar que estiveram primeiramente envolvidos os representantes das Igrejas Católica e Anglicana e mais tarde a Comunidade Santo Egídio¹³.

Pode-se daqui deduzir que o processo teve um longo percurso, alertando as partes da necessidade de desenvolver um clima de segurança. De forma geral, a RENAMO, queria que estivessem realmente no terreno entidades da sua confiança e queria que o Governo honrasse os compromissos subjacentes em todas as negociações. O Governo por sua vez, apercebeu-se do que se passava e acatou a possibilidade de uma negociação pacífica que seria controlada por países que fossem da confiança de ambas as partes intervenientes no conflito.

Após 14 anos de guerra civil, o presidente da República de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, e o presidente da RENAMO, Afonso Dhlakama, assinaram o Acordo Geral de Paz (AGP) também designado como Acordo de Roma, estabelecendo os princípios para a concretização da paz.

As partes envolvidas fizeram, durante o acordo, o apelo à intervenção da ONU para a implementação do mesmo, concessão de assistência técnica às eleições gerais e ainda a sua monitorização.

E foi no âmbito do AGP que se materializou o cessar-fogo, dia que foi designado por *e-day* (dia da adopção do AGP). Mas o acordo contemplava os documentos e os 7 protocolos (ver tabela 1,p. 13), os quais estabeleciam que as forças iam ser separadas e seriam colocadas em áreas de acantonamentos. Procurando de forma eficaz, primeiro desmobilizar os militares que não viessem a integrar as novas forças armadas e depois propor a realização das eleições para 15 Outubro de 1993, após a desmobilização efectuada.

¹³ Organização voluntária Italiana para a caridade, com o apoio do governo Italiano e do Vaticano através de uma equipa de mediação composta pelo; D.Jaime Gonçalves (Moçambicano), Mário Raffaelli, Andreia Riccardi (fundador da Comunidade) e D. Matteo Zuppi (ver entrevista em anexo)



Para a implementação dos acordos de Paz, esteve envolvida no terreno, a Comissão de Supervisão e Controlo (CSC). O documento que consagrava a assinatura do AGP é a resolução 782¹⁴ e certificava a nomeação dum representante especial do secretário-geral bem como o envio de 25 observadores militares para Moçambique.

II.3.1. “O Caminho Para a Negociação”

Em meados dos anos oitenta, a guerra civil devastava todo o território Moçambicano, e é neste mesmo período que é efectuado o Acordo de Incomati, cessa o apoio da Rodésia, bem como da África do Sul à RENAMO. Mas, não obstante ao esperado, a RENAMO continuou com os ataques, procurando desta forma quebrar a existência de um partido único. Foi esse motivo, ao nosso ver que deu ânimo à Sociedade Internacional em assegurar e apoiar o processo de Paz em Moçambique (Janete, 2005).

A queda da União Soviética e o colapso do socialismo na Europa do Leste nos anos 1989-1991 deixou o Governo sem outras alternativas, para além de procurar reconstruir a Sociedade Moçambicana e a sua prosperidade.

No início de 1988 o Presidente Chissano tinha aceite que os líderes religiosos, representantes das igrejas católica e anglicana e o Conselho Cristão em Moçambique, iniciassem contactos com a RENAMO. Os representantes tinham como missão, a de tentar persuadir a oposição a renunciar à violência com a intenção de promover uma mudança política e levá-los a um diálogo com o governo.

A intenção do Governo era garantir a soberania Nacional, e para tal, elaborou um documento donde constam várias propostas que serviriam de alicerces para o diálogo. Na sua essência o documento tinha como objectivo levar a oposição a abandonar a violência e o terrorismo, oferecendo a amnistia e a reintegração na sociedade Moçambicana de forma a providenciar um clima de paz e estabilidade. E como resposta, a oposição elaborou por sua vez, as suas propostas afirmando a sua preparação para renunciar à violência. Neste contexto, regressaram todos os militares no estrangeiro e também apelava a participação dos países vizinhos na negociação.

Assim, até 1989, ambas as partes tinham mostrado interesse em começar com o diálogo; expressariam o compromisso para uma pacificação, democracia, reconciliação e unidade nacional. A FRELIMO deduziu que a solução por meio da intervenção militar não seria possível, abrindo portas às pressões externas e internas para a pacificação. O partido iniciou o processo interno de reformas e aprovou directamente a negociação de paz com a resistência. Foi neste encadeamento de factos que o país criou a sua própria constituição, e democratização, sistematizando um modelo ideal para guiar o processo de Paz (Homwana, 1996).

¹⁴ Documento S/RES/782 (1992) de 13 de Outubro de 1992



II.3.2. Negociação

Apesar das várias tentativas de negociação, os líderes religiosos falharam e não conseguiram levar a RENAMO e a FRELIMO à mesa das negociações, o que se deveu em grande parte ao recuo das partes para a negociação. O Governo pretendeu um diálogo com o mínimo de interferência externa, todavia, o governo desejava que pelo menos um estado africano estivesse envolvido, neste caso concreto o Zimbabué para acompanhar o processo. A RENAMO pretendia que estivessem presentes as Nações Unidas e Portugal, enquanto o Zimbabué era inaceitável do ponto de vista da história interna de Moçambique, relacionada com a sua aliança para com o governo. Contudo a Resistência propôs o Quénia, por ter sido o país muito activo em termos de apoio à RENAMO nos anos 88.

A comunidade de Santo Egídio veio quebrar o incerto, pois tinha conexão com Moçambique desde os meados do séc. XVII. Nos meados da década 80, a comunidade desenvolveu esforços no sentido de aumentar as relações entre o governo e a igreja católica, no mesmo período em que esta negociava a libertação das irmãs e pastores que foram presos pela RENAMO¹⁵, e veio facilitar também contactos do governo para com a Santa Sé. Com a construção de infra-estruturas e obras de assistência humanitária para as vítimas da guerra, a Comunidade de Santo Egídio criou uma relação baseada no respeito e confiança com as partes. Em 1989, os governos de Zimbabué e do Quénia, não foram capazes de levar as partes ao estabelecimento das negociações.

Assim, em Julho de 1990 sob uma tripla representação, a Itália, a Comunidade de Santo Egídio e a Igreja Católica de Moçambique, realizaram uma reunião com ambas as partes, em prol da negociação. Infelizmente a negociação não saiu como o desejado, o que se deveu por um lado, à insistência do Governo na continuação dos Governos do Zimbabué e do Quénia, enquanto a RENAMO já pretendia uma intervenção de alta qualidade que permitisse colmatar as dúvidas em relação à falta de confiança que era gerada pelas partes. E no final de tudo as partes viram que era impossível empenhar os dois países, uma vez que iriam lutar pela defesa dos interesses dos seus aliados.

O Governo propôs à RENAMO, que esta aceitasse o plano para as eleições e que o processo de paz se iniciasse com o cessar-fogo, seguido da reintegração dos membros da Resistência na sociedade moçambicana e na vida política. No entanto, a RENAMO defendia a criação de forças armadas únicas antes mesmo do processo eleitoral ter início (Homwana, 1996).

Nesta fase e na sequência dos acontecimentos, durante os anos 1990 e 1991, nota-se que cada parte durante a apresentação das propostas, evidenciava uma nítida luta pelos seus próprios interesses. Enquanto o governo procurava controlar todos os mecanismos, alegando o facto de o território ser da sua pertença e com legitimidade para a controlar, a

¹⁵ Ver entrevista em anexo com o D. Matteo Zuppi da Comunidade de Santo Egídio (Anexo G)



RENAMO resistia no controlo de todas as localidades e recursos que afirmava ter ganho na Guerra, e uma das formas de demonstrar a resistência, foi a restrição do acesso à essas zonas. Mas com a queda do comunismo, passou a existir o sistema multipartidário, embora alguns dos seus negociadores no processo de paz, terem considerado a RENAMO incapaz de ser um movimento político credível, porque, ora queriam participar nas eleições e lutar na transformação da RENAMO num partido Político, ora queriam cumprir apenas o cessar-fogo e receber as garantias de segurança e de bens materiais (Homwana, 1996).



CAPITULO III

Requisitos para a estabilização do país

III.1. O Acordo de Paz (Acordo de Roma)

Foi assinado em Roma a 4 de Outubro de 1992, e culminou com as eleições gerais de 1994. O Acordo Geral de Paz (AGP), também designado por Acordo de Roma, estabeleceu os procedimentos para: organização, programas de concentração, desmobilização e desarmamento das forças de ambas as partes; a criação das novas forças armadas e condução das eleições presidenciais e legislativas; e as providências para a assistência humanitária. O AGP fez apelo à participação das Nações Unidas e todo este processo levaria cerca de 12 meses até ser concluído.

Estiveram presentes no acordo, representantes do Governo, da RENAMO, e elementos da Comunidade Internacional (Anexo B).

Do Acordo Geral de Paz, fazem parte integrantes os seguintes documentos:

DOCUMENTOS	DATAS
Protocolo I -PRINCIPIOS BÁSICOS	18 de Outubro de 1991
Protocolo II – Definição e preparação para a formação e Reconhecimento de partidos políticos	13 de Novembro de 1991
Protocolo III – princípios dos actos eleitorais	12 de Março de 1992
Protocolo IV – questões militares	4 de Outubro de 1992
Protocolo V – Garantias	4 de Outubro de 1992
Protocolo VI – cessar-fogo	4 de Outubro de 1992
Protocolo VII – Conferência dos doadores	4 de Outubro de 1992
Comunicado Conjunto	10 de Julho de 1990
Acordo	1 de Dezembro de 1990
Declaração do Governo da República de Moçambique e da RENAMO sobre os princípios orientadores da ajuda humanitária, assinado em Roma	16 de Julho de 1992;
Declaração Conjunta	7 de Agosto de 1992

Tabela 3.1- Tabela referente aos protocolos e documentos chaves do Acordo de Paz.

Fonte: UN, UNIDIR/96/22, (1996,P.24)

III.2. Termo do Conflito Armado (TCA)

O termo corresponde a um prazo pré-determinado, para a concretização do processo de Paz.

Compreendia:

- ✓ Cessar-fogo;



- ✓ Separação de forças
- ✓ Concentração de forças
- ✓ Desmobilização

III.2.1. Cessar-fogo

O cessar-fogo entra em vigor a partir do e-day, o qual corresponde ao dia de adopção do AGP. Neste mesmo dia iniciam-se os trabalhos de preparação e distribuição de equipas das NU ao longo do Território Moçambicano (Anexo C).

A partir do e-day nenhuma das partes realizará qualquer operação hostil por meio de forças ou indivíduos sob seu controlo. Assim não poderão:

- ✓ Empreender qualquer tipo de ataque, por terra, por mar ou por via aérea,
- ✓ Realizar patrulhas ou manobras ofensivas;
- ✓ Colocar minas e impedir acções de desminagem;
- ✓ Interferir nas comunicações militares;
- ✓ Realizar operações de reconhecimento de qualquer tipo;
- ✓ Adquirir ou receber material letal;
- ✓ Levar a cabo actos de violência contra a população civil.

Para o cumprimento destas acções as Nações Unidas e a CCF deverão gozar de liberdade de movimentos dentro do território Moçambicano.

III.2.2. Separação/Concentração de forças

A separação de forças e concentração das mesmas, seria um processo a ocorrer em simultâneo nas áreas de Reunião criadas.

As Nações Unidas eram responsáveis pela construção das áreas de reunião e de garantir que as mesmas fossem feitas. A escolha das áreas de reunião tinha como critérios uma localização junto de poços de água, a proximidade de estradas, afastada de áreas minadas e que tivessem um mínimo de infra-estruturas de apoio.

Quando as zonas eram aprovadas, a DTU (Unidade Técnica para a Desmobilização)¹⁶ juntamente com as NU trabalhava intensamente no sentido de garantir a existência de água nos locais onde esta era escassa, garantir também em conjunto com a UNICEF a existência doutros meios de resposta a necessidades básicas. (UNDPI, 1995,P.173)

Ao que diz respeito aos programas de apoio Humanitário, a DTU trabalhou com o Programa Mundial para Alimentação no fornecimento de comidas enlatadas, a UNICEF providenciou

¹⁶ Compreendia elementos peritos dos Voluntários das Nações Unidas e um número considerável de Agencias bilaterais e multilaterais. Foi colocada em área de Acantonamento para providenciar a assistência técnica e questões administrativas. Colaboraram com os Observadores Militares, a Organização Internacional de Migração e com o Ministério das Finanças de Moçambique na preparação e equipamento das áreas de Acantonamento; registo de soldados; preparação dos documentos de desmobilização; estabelecimento de uma base de dados; controlo da reintegração dos militares; e selecção dos soldados a integrar nas novas Forças Armadas (Homwana, 1996, p.29).



materiais, como cobertores por exemplo, e a Organização Mundial de Saúde providenciou uma tenda para servir como clínica em cada área de reunião.

Foram contratadas as agências não governamentais como a OXFAM¹⁷ para auxiliar no processo de utilização de médicos sem fronteiras. Mas o governo garantiu ceder os seus médicos para as 49 áreas de reunião, embora a RENAMO tenha optado pela ajuda externa.

Quanto ao apoio logístico e administrativo, tudo estava garantido. Mas as áreas não foram abertas em simultâneo, as primeiras 20 foram oficialmente declaradas abertas, a 30 de Novembro, depois abriram-se mais 15 no dia 1 de Fevereiro de 1994, e as últimas 14 áreas a 21 de Fevereiro. Podemos daqui, deduzir que esta demora se deveu não só a questões militares a nível da segurança das partes, apesar de a ONUMOZ já ter na altura garantido a presença de tropas, bem como a problemas de natureza política. Por exemplo, quando se abriram as primeiras áreas, ninguém se foi registar, mas a actuação da ONUMOZ foi diferente daquela que foi tida noutros países, onde obrigavam os militares, à força, para se deslocarem para as Áreas de Acantonamento ou Reunião.

Cada vez que se aproximava a fase de tudo estar a correr bem, mais medo surgia nas partes, ora RENAMO ora o Governo criavam desculpas a cada dia que passava para o não cumprimento. As forças da RENAMO justificavam-se alegando a fraca capacidade logística na maioria das áreas, a falta de segurança dos próprios líderes da RENAMO, e a falta de fundos para transformá-la num movimento político (Homwana, 1996, p.27).

No geral, as duas partes se apontavam das falhas das suas acções, nomeadamente os actos de violência que iam surgindo, e salvaguardavam alguns militares para os seus planos de contingência (Synge, 1997). Em boa verdade, as causas de morte aparecem muito vastas, porque quer a RENAMO quer as Forças Armadas Moçambicanas, mataram em circunstâncias e formas diversas (Della Rocca, p. 47)

Embora o Governo insistisse em dizer que as NU eram responsáveis pelo atraso do processo, no entanto, isso não era verdade pois não houve nenhuma ligação entre a demora registada na desmobilização e a chegada de tropas das NU, porque mesmo com a chegada de 65% de forças pedidas pela RENAMO, nada ficou resolvido.

Mesmo com estas perturbações, o processo de Paz tinha de continuar e com a assinatura do *status-of-force*¹⁸ era imprescindível para criar liberdade de circulação da ONU, mas também constituía um grande obstáculo ao Governo, daí que a assinatura do acordo só tenha vindo a acontecer em Maio de 1993. (UNDPI, 1995,P.184)

A estratégia adoptada para desmobilizar os militares em fases foi uma boa solução, apesar das dificuldades encontradas em algumas áreas de reunião, em termos de

¹⁷ É um grupo de Organizações não governamentais, criadas a partir de três continentes, que trabalham Mundialmente na luta contra a pobreza e injustiça.

¹⁸ É uma forma de as NU fazerem-se sentir num território por meios diplomáticos para persuadirem um estado a tomar outras medidas de cooperação para com as NU. Esse tipo de acordos é sempre feito em todas as suas missões.



condições, pela permanência para lá do tempo normal de alguns militares, o que degradava as condições de habitabilidade em algumas áreas.

Em suma, as partes e a ONUMOZ tiveram que enfrentar duas situações; a primeira relacionada com a entrada das Tropas nas áreas de reunião e outro relacionado com a retirada das mesmas das áreas de reunião.

III.2.3. Desmobilização

De acordo com o prescrito no AGP, as partes iriam após o cessar-fogo, evidenciar esforços no sentido de reduzir o clima de conflito e a negociação para a localização das áreas de acantonamento iria ser debatida pelas partes, mediante a assistência das NU. O relatório da localização tinha que ser entregue 7 dias após o AGP. As listas das localizações das áreas tinham que detalhar o lugar e o nome de cada área de reunião. Eram cerca de 29 áreas para o Governo e 20 para a RENAMO, bem como, as principais infra-estruturas militares para as duas partes, hospitais, unidades logísticas, unidades para instrução (UNDPI, 1995,P.105).

Embora existissem áreas para militares da RENAMO e das FAM, estes poderiam se inscrever nos Centros de Tropas Não Acantonadas (CTNA). Os que não pretendiam integrarem-se nas novas forças armadas, seriam desmobilizados e reintegrados na vida civil. A comissão de cessar-fogo, era para ser estabelecida no e-day e teria um prazo de 30 dias para definir o tipo de tropas a ser desmobilizado, desenvolvendo desta forma estruturas administrativas e físicas para iniciar o processo. A estrutura iria conter os seguintes aspectos:

- ✓ Planeamento e organização;
- ✓ Regulação e procedimentos;
- ✓ Direcção e supervisão;
- ✓ Registo de tropas a serem desmobilizadas e produção dos respectivos cartões de identificação;
- ✓ Colecção, registo e detenção de armas, munições, explosivos, equipamento, uniformes e documentação;
- ✓ Destruição ou escolha duma outra aplicação das armas, munições, equipamento, uniformes e documentação;
- ✓ Assistência médica;
- ✓ Produção de certificados de desmobilização

Para que o processo de desmobilização corresse conforme o agendado, deveriam existir as seguintes condições: um ambiente de confiança, clara identificação das metas a atingir, acesso livre e existência de meios para se chegar às áreas de reunião, bem como oferecer boas condições de alojamento.



De acordo com o relatório feito pelo Secretário-Geral, sob o qual o Conselho de Segurança autorizou a DTU a apoiar o SG no programa de implementação da paz. E que iria colaborar directamente com a agência das NU para a assistência humanitária e coordenação (UNAHOC) na gestão das áreas de reunião. A responsabilidade da DTU estendia-se pelas seguintes áreas;

- ✓ Distribuição de alimentação, medicamentos, cuidados de saúde e outras actividades essenciais para uma área de reunião;
- ✓ Organização duma base de dados, bem como a produção de documentos para o pessoal desmobilizado;
- ✓ Ajuda em termos de roupa civil, e organização de transporte para os que abandonassem as áreas de reunião com destino à vida civil;
- ✓ Estabelecimento duma forte ligação entre as autoridades provinciais e distritais responsáveis pelo processo de desmobilização ao nível civil

A DTU¹⁹ tinha que coordenar as suas actividades com os observadores militares das NU e partilhar informações sobre o fundo dos doadores, nos seus programas com a UNAHOC. Esta parte era da responsabilidade do representante especial das NU. A central da unidade técnica era Maputo e tinha depósitos na Matola, Beira e Nampula. Os observadores militares asseguravam a DTU de que o processo estava a correr normalmente. Tinham a missão de supervisionar o armazenamento das armas, relatar ao respectivo comando regional, e este por sua vez, ao chefe militar em Maputo, o qual prosseguiria com o relatório ao Comando das forças. A RENAMO e o Governo possuíam um sistema de controlo que visava disciplinar os militares nessas áreas. Cada área tinha um médico, uma a duas enfermeiras, um coordenador de informação e do programa de reintegração social. A existência de 49 áreas de reuniões considerava-se insuficiente, sendo que a maioria delas não estavam nas melhores condições e o sistema de controlo não era suficientemente capaz de processar os dados referentes ao número de soldados, no entanto, uns entravam e outros eram desmobilizados. Mas optou-se por se criarem vários métodos de controlo, dos quais o sistema de identificação e marcas nos dedos que identificavam o indivíduo como pertencendo a uma determinada área, dificultando então a tais indivíduos que iam de área em área a procura de ajuda.

A ONUMOZ encarou este problema e adoptou soluções como a criação da base de dados para a identificação dos indivíduos, e organização do transporte, e o transporte dos militares pelo que iria obedecer ao critério de chegada. O plano consistia em transportar cerca de 250 militares em cada área de reunião, mas estes soldados eram recompensados por um dinheiro que serviria para a viagem e também para o início da sua vida civil.

¹⁹ Incluía a SDC (era a unidade directora), a Organização Mundial de Saúde (WHO), a UNICEF, a Comunidade Europeia (CE), o Programa Mundial de Alimentação (WFP), a Organização Mundial de Migração (IOM) e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).



III.3. As Forças Armadas de Defesa de Moçambique

As Forças Armadas de Defesa de Moçambique eram para serem compostas por 30.000 militares (24000 no Exército, 4 000 na Força Aérea e 2000 na Marinha). Mas foram várias as surpresas obtidas durante o preenchimento dos questionários, para ver se ficavam ou não nas fileiras, e quase 10% (valor inesperado) optaram por ficar nas Forças Armadas, e os restantes 90% que depois de permanecerem por muito tempo nas áreas de Acantonamento, ficaram desesperados e desconfiados daquilo que poderiam encontrar nas FADM, a incerteza do seu futuro (Synge, 1997)²⁰. Este assunto tornou-se num grande problema, porque para além de ser uma questão interna relacionada com a necessidade dos 30.000 homens, também iriam criar problemas ao da segurança após as Eleições onde seria necessário garantir a segurança interna. Mas a grande vantagem deste pequeno contingente, era o baixo custo que traria à Comunidade Internacional para investir nos equipamentos, fardamentos e nos treinos (Synge, 1997).

Em Julho de 1993, a comissão conjunta para a formação das forças de defesa Moçambicana, sobre a supervisão das Nações Unidas, aprovaram uma declaração de Lisboa, na qual a França, Portugal e o Reino Unido definiria o programa para apoiar na formação duma força Unida em Moçambique.

A ONUMOZ, teria que procurar esforços no sentido de garantir o transporte aos militares desmobilizados, bem como tinham que fornecer o subsídio prometido. Neste caso tinham que trabalhar juntamente com a OIM, a qual providenciou vários meios como veículos e outros apoios para tornar a situação mais calma, visto que as partes estavam interessadas na pacificação, procuraram cada uma elaborar uma listagem dos militares que podiam ser desmobilizados e dos outros que não deveriam ser. Sem essas listas as Nações Unidas não iriam dar início à produção de certificados, nem o início do transporte dos Homens desintegrados (UNDPI, 1995,P.105).

Os soldados que iriam ser desmobilizados receberiam 6 meses de salários. E após a reintegração receberiam mais 18 meses de salário por meio da RSS (Sistema de Apoio à Reintegração). Contudo existiu no seio do militares que se encontravam nas áreas de Acantonamento várias frustrações e violências, resultantes da fraca condição de acomodação, da pouca alimentação baseada nas rações de combate que eram também insuficientes (UNDPI, 1995,P.232).

III.4. Controlo e Destruição de Armas

Segundo o prescrito nos acordos “todas armas colectivas e individuais ...deveriam ser armazenadas em armazéns sob a segurança das NU” (UNDPI, 1995,P.105)

²⁰ São aspectos que reflectiam o stress após a guerra, a reflexão que os militares faziam da Guerra, perspectivando o que iriam receber como remuneração dentro das Forças Armadas.



As NU, por meio do consenso das partes, criaram 3 regiões de depósitos de armas (RDA`s); uma em Nampula (Norte), outra em Chimoio (Centro), e a última na Matola (Sul). Todas elas estavam na guarda dos batalhões de infantaria da ONUMOZ, os quais iriam supervisionar a transferência.

As armas esperadas para recolha apareceram em número inferior ao esperado, assim como o número de munições, face ao número previsto. Mas tudo indicava que existiam locais individuais ou colectivos de reserva de armas uma vez que nem todos os militares que se apresentavam numa área de reunião traziam uma arma. Estes factos estariam a evidenciar a tendência das partes em não entregar todo o material na sua posse, devido a razões anteriormente explicadas, como seja a falta de segurança duma e outra parte. *“ONUMOZ understood that the parties were even less enthusiastic to disarm than they were to demobilize”* (UNIDIR, 2001, P.73).

Com a desmobilização ainda por ser efectuada na totalidade, aspectos como a menor recolha de armamento e equipamento, levaria a que a ONUMOZ suspeitasse e iniciasse o processo de verificação que estaria ao cargo da CCF. Apesar da demora, a ONUMOZ conseguiu registar muito armamento e equipamento como: veículos mecanizados, peças de artilharia, bombas de morteiros (UNDPI, 1995,P.294).

Durante o processo de armazenamento, as Nações Unidas dividiram o material e classificaram-no de 3 formas: Obsoleto, Operacional, e Reparável. O material obsoleto era para ser destruído, mas no entender da CCF e no âmbito da formação das novas forças armadas, esse material iria servir para o treino e preparação das FADM.

III.5. Reintegração

É o processo pelo qual, um militar desmobilizado, das partes em conflito, passa a ser civil mediante um comprovativo, serve também como um instrumento para garantir o ressurgimento de um novo conflito armado.

Comissão de Reintegração (CORE)

Iniciou as suas funções no e-day, e tinha como missão a de implementar a reintegração económica e social dos militares desmobilizados, executando, para o efeito as seguintes tarefas:

- ✓ Planeamento e organização;
- ✓ Regulamento dos procedimentos;
- ✓ Direcção e supervisão;
- ✓ Fiscalização.

A reintegração económica e social dos desmobilizados (subsídios de desmobilização, formação técnica e/ou profissional, transporte) dependerá dos recursos disponibilizados no



âmbito da conferência dos doadores, tal como referido no ponto 6 da Agenda Acordada no dia 28 de Maio de 1991. “ Declaração sobre os princípios orientadores da ajuda humanitária, assinada a 16 de Julho de 1992” (UNDPI, 1995,P.124)

Após termos explanado toda a sequência de factos que devia ser respeitada pelas partes, mediante o apoio de várias organizações, iremos no capítulo seguinte debruçarmo-nos acerca das acções realizadas pelas Nações Unidas dentro do território Moçambicano, de forma a verificar o cumprimento do mandato das Forças da ONUMOZ.



CAPITULO IV

ONUMOS

IV.1.Generalidades

A 3 de Dezembro de 1992, o Secretário-Geral enviou ao Conselho de Segurança o seu relatório trimestral, apelando à intervenção da Comunidade Internacional, com ênfase especial para as NU. Inicialmente descreveu as dificuldades que iriam ter, uma vez que se tratava de um território de grandes dimensões e que seria difícil cobrir todos os pontos prioritários, mas seria importante que a operação tivesse um contingente capaz de cobrir todos esses pontos. Por isso o Secretário-geral recomendou que “ à luz de experiências recentes, as recomendações por mim feitas podem ser interpretadas como um convite à Comunidade Internacional para correr um novo risco. Acredito, no entanto que vale a pena corrê-lo; mas não escondo que o risco existe”²¹.

Assim, o estabelecimento da ONUMOS foi baseado na Resolução 797 de 16 de Dezembro de 1992, com um mandato até 31 de Outubro de 1993²², e de acordo com o relatório do secretário-geral, não era possível efectuar as eleições sem antes resolver os aspectos militares na sua totalidade. Desta forma, fez-se um apelo a uma completa participação da RENAMO e da FRELIMO, no sentido de respeitarem o cessar-fogo e as obrigações estipuladas no Acordo.²³

IV.2. Mandato da ONUMOS

Duma forma genérica pode se dizer que o mandato da ONUMOS foi ao nível político, eleitoral, militar e Humanitário (Homwana, 1996, p.22). De Seguida iremos descrever de uma forma breve cada uma destas componentes.

A nível político

- ✓ A ONUMOS seria responsável por garantir uma supervisão imparcial da implementação do Acordo ou direcção política do processo de paz, assumindo um controlo sob a comissão e subcomissões.

²¹ As experiências referidas que não correram bem foram as missões realizadas em Angola (UNAVEM) e noutros territórios onde as NU não conseguiram alcançar os objectivos delineados.
²² Documento do conselho segurança s/res/797-1992.
²³ Ver documento no www.un.org/depts/dpko/co_mission/onumozF.html.



A nível Militar

- ✓ A monitorização e verificação do cessar-fogo, separação e concentração de forças, desmobilização e união, colecção e destruição de armas. Este processo estaria ao cargo dos observadores militares nas 49 Áreas de Acantonamento das 3 regiões militares e ainda em outras regiões;
- ✓ A monitorização e verificação completa da retirada das forças estrangeiras e garantia de segurança nos corredores de transporte, a qual iria ser garantida pela comissão de supervisão e monitorização através da comissão de cessar-fogo.
- ✓ A monitorização e verificação do desmantelamento de grupos armados irregulares e privados;
- ✓ A autorização para organizar a segurança e recuperação das infra-estruturas vitais, e de providenciar a segurança para as actividades das NU e doutras instituições, em prol do processo de paz;

Nesta perspectiva, as equipas iriam ser colocadas em áreas estratégicas, como sejam portos, aeroportos e outras áreas críticas incluindo as bases militares da RENAMO.

Na sequência, há que reflectir sobre a forma como a desmobilização e reintegração dos militares iria ser feita. Começamos por referir que nas Áreas de Acantonamento havia algum apoio, nomeadamente a nível da alimentação e outras necessidades básicas. Neste sentido, a ONUMOZ sentiu necessidade de organizar uma Unidade Técnica, constituída por pessoal civil para apoiar no processo de desmobilização e colaborar com a UNOHAC (United Nations Office for Coordination of Humanitarian Assistance) e assim auxiliarem nos programas humanitários.

Todo o processo militar tinha também outra finalidade: a de assegurar uma assistência humanitária eficaz. Na área militar há que salientar outra demanda, a necessidade de uma unidade da polícia da ONUMOZ, visto que, a polícia interna deveria ser imparcial, mas tal tinha que ser do consenso dos dois partidos.

De seguida iremos ilustrar por meio de uma tabela, o contingente e os respectivos países que deram o seu contributo especial para fortalecer a força da ONUMOZ. E para complementar a informação que consta na tabela (ver o anexo D) que ilustra a distribuição dos militares pelo país.



Forças Militares	Países contribuintes a nível militar
5 Batalhões de Infantaria, logisticamente auto-suficientes, cada um formado por 850 homens	Bangladesh, Botswana, Itália, Uruguai, Zâmbia
3 Companhias de Engenharia	Bangladesh, 2 da Índia
3 Companhias logísticas	Bangladesh, Índia, Itália
1 Companhia de Comando, incluindo 1 Pelotão Polícia Militar	Índia
Companhia de Transmissões	Portugal
3 Unidades de Serviço de Saúde	Argentina, Bangladesh, Itália
1 Unidade aérea	Itália
Grupo de observadores militares	Argentina, Bangladesh, Botswana, Brasil, Canadá, Cabo-verde, China, República Checa, Egipto, Guiné-Bissau, Hungria, Índia, Malásia, Portugal, Federação Russa, Espanha, Suécia, Uruguai e Zâmbia

Tabela 4.1 Forças Militares

Fonte: Adaptado de MDN, DGPDN (1993,P.46) e UN, UNIDIR (1996,P.38)

Ao nível Eleitoral

- ✓ Providenciar assistência técnica e monitorizar todo o processo eleitoral.

Segundo o previsto nos acordos de Paz, as eleições iriam ser realizadas um ano depois da assinatura do acordo de Roma. A ONUMOZ, com a sua divisão eleitoral tinha a responsabilidade de monitorizar e verificar todos os aspectos e fases do processo eleitoral; no entanto, esta monitorização, podia ser feita pela comissão nacional de eleições (CNE).

A Divisão Eleitoral da ONUMOZ, devia interligar-se em todas as direcções, mantendo contactos permanentes com o governo e a oposição, outros partidos políticos, bem como com a CNE. O Representante Especial das Nações Unidas (Aldo Ajello) assumia o papel de coordenador técnico de todo o processo eleitoral fornecendo para tal outros mecanismos existentes do sistema das NU e também alguns canais bilaterais (DGPDN, 1993, P.19)

Ao nível humanitário



- ✓ Coordenação e monitorização de operações de assistência humanitária, em particular as relacionadas com os refugiados, desalojados, pessoal militar desmobilizado; de uma forma geral toda a população afectada pelo conflito e que vivia em condições humanitárias muito precárias. Nesta componente, a ONU iria coordenar os seus esforços com a UNOHAC. Também houve Organizações Não-Governamentais envolvidas, a OUA, a associação de parlamentares europeus para o Sul de África. Como se pode ver, a operação exigiria muitos custos, o que se veio a verificar também pela opção de criar um fundo para auxiliar a RENAMO na sua transformação, de uma força militar para um partido.

IV.3. Limitações e Dificuldades

A demora na aprovação para a entrada da ONUMOZ, levou por sua vez ao envio tardio dos valores monetários para efectuar a ajuda nas diversas áreas críticas, tais como, a parte política e humanitária. No entanto, o investimento em equipamentos e bens foi definido de forma a colocar todo o sistema em funcionamento e assim poder melhorar o controlo de todo o processo. O processo foi influenciado não só pela dimensão do país, inerente ao número da população por ajudar, bem como pela insuficiência de forças devido ao desenrolar outras actividades da ONU noutros territórios.

Os membros do CSC verificaram que o cessar-fogo, estava praticamente implementado, visto que os Moçambicanos, na sua maioria, já não queriam “regressar às armas”, não estando preocupados com a situação política em que estava mergulhado o País.

A comissão também apontou a RENAMO como tendo provado ser suficientemente disciplinada mais do que seria esperado, pese embora na altura ainda se encontrasse com uma estrutura deficitária em termos de pessoal qualificado, para o cumprimento da agenda para a paz.

Vários foram os factores que contribuíram para criar entraves ao processo de implementação do acordo; o obstáculo criado pela RENAMO, os problemas resultantes da falta de comunicação para com o Representante das Nações Unidas, os problemas financeiros, limitações à circulação da ONUMOZ.

O obstáculo criado pela RENAMO teve a ver com dois aspectos; o primeiro relacionado com o envio de tropas, sobre o qual, o Sr. Aldo Ajello veio a assegurar a RENAMO sobre o envio de tropas, e informou ao governo sob o assunto, mas o



governo inviabilizou a aterragem da tripulação tendo esta que regressar à Itália. Como resposta a este facto, a RENAMO deixou bem claro que pelo menos 65 por cento das tropas da ONUMOZ deveriam estar presentes antes do processo de Acantonamento se iniciar. Apelou ainda para a presença de tropas das NU nas suas áreas. O segundo aspecto prendeu-se com a necessidade de a RENAMO administrar as áreas que considerava ter ganho e o facto de não terem sido concedidas casas no Sul do País aos seus principais chefes ou membros.

Um outro aspecto muito importante tinha a ver com o problema financeiro. Até meados de Março de 1993 foram enviados cerca de 9.5 milhões de dólares, o que o SG achou bastante insuficiente para a aquisição de equipamentos, para o aluguer de aviões, e para as infra-estruturas e instalações das forças.

“it’s nonsense that they left us with \$9.5 million ...that means we couldn’t place any order, we couldn’t order any vehicle ,any equipment ...I cannot use military observer without vehicles ,without radio, without anything . It’s pure nonsense, our budgetary process” (Synge, 1997,p.38)

Todo este problema reflectiu uma fraca operacionalidade e consequente atraso em todo o processo. Com esta reclamação do SG, mais tarde, a missão conseguiu mais 140 milhões de dólares o que já deu para prosseguir mais um pouco no processo de Paz.

Mas nem sempre as relações foram boas como, por exemplo, em determinada altura constituiu um obstáculo na medida em que exigia o pagamento de taxas de circulação à ONUMOZ. Contudo a ONUMOZ admitiu pagar as rendas das casas, uma vez que se tratava de um governo sem recursos financeiros, mas que sobre a circulação existiam problemas porque alguns membros pretendiam que a ONUMOZ agisse não como uma força de manutenção de Paz, mas sim como um mero observador, não reconhecendo o papel das Nações Unidas como intervenientes no processo de implementação de Paz. Este processo de cobrança de imposto veio a terminar com um acordo assinado pelo governo garantindo imunidade diplomática para com o pessoal da ONUMOZ, tal como a total liberdade de movimentos, incluindo a isenção de taxas.



IV.4. O Reencontro das partes

Assistiu-se a um grande desenvolvimento do ponto de vista do diálogo entre o governo e a RENAMO, ambos expressaram optimismo em relação à data prevista para as eleições. A este acontecimento, adicionaram-se outros dois importantes acordos; o primeiro relacionado com a integração de todas áreas que se encontravam sobre o controlo da RENAMO e o outro relacionado com o receio antes tido pelo governo, sobre o envio de forças policiais da ONUMOZ, garantindo a imparcialidade da polícia nacional. Esta polícia da ONUMOZ iria por sua vez²⁴, monitorizar todas as actividades da polícia (publica ou privada) dentro do território, garantir o direito e liberdade dos cidadãos e providenciar um auxílio técnico à comissão policial estabelecida nos Acordos de Roma. Foram feitas várias preparações para se averiguar o efectivo policial existente em Moçambique e fez-se em simultâneo, o envio de 128 polícias e de militares observadores da ONUMOZ já autorizados pela resolução 797 (1992) de 16 de Dezembro de 1992 para o controlo do processo eleitoral.

Com o decurso do processo, a RENAMO e a FRELIMO acordaram em dar início à desmobilização, enquanto o CS apelava as partes e os outros partidos para se unirem ao governo; de forma a estabelecer critérios que vinculassem as eleições.

O SG, na sua visita a Moçambique entre 17 a 20 de Outubro de 1993, deu o seu reconhecimento pelo progresso feito, quanto à aproximação relativa ao pretendido entendimento entre as partes e o incentivo dado pelo seu representante, para que os mesmos continuassem com mais conversações. Desta forma apreciou também a evolução do processo na medida em que o Acantonamento de tropas e a desmobilização das mesmas já tinham começado, bem como o desarmamento de paramilitares, milícias e tropas irregulares; e ainda a composição da Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Foi no encontro realizado pelo SG, que foi indicada a Comissão de Supervisão e Controlo (CSC), para garantir a implementação do acordo, considerando todas as responsabilidades para uma correcta interpretação do mesmo, acalmar as disputas que eventualmente poderiam surgir entre as partes e coordenar as actividades desenvolvidas pelas Subcomissões. Essas subcomissões são as seguintes: a Comissão do Cessar-Fogo (CCF), a Comissão de Reintegração de Militares Desmobilizados (CORE), a Comissão Conjunta para a Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (CCFADM).

²⁴ Ver documento no www.un.org/depts/dpko/co_mission/onumozF.html, acedido em 2- de Março de 2009.



IV.5. Principais Dificuldades Políticas

A RENAMO apercebeu-se da falta de pessoal qualificado para lidar com o processo de implementação, regressou à sua base em Maringué, tendo então suspenso a participação na CSC. Foi através de consultas a instituições internacionais e altas entidades dos dois partidos que o Representante Especial, Sr. Aldo Ajello, veio a dialogar com Dllakhama através do diplomata aliado à ONUMOZ, Eric Lubin.

A RENAMO tinha como argumentos principais, o regresso à sua base e a não concessão de casas aos seus membros em Maputo. A resposta não tardou e o governo Italiano concedeu algum financiamento para dez casas para os membros e um apartamento para Dllakhama, mesmo assim, considerado a insuficiência, também lhes foi dado um alojamento, numa primeira fase, no Hotel Cardoso em Maputo²⁵. As Reuniões efectuados e a adesão de vários membros à RENAMO, demonstravam uma progressiva preparação dos seus membros para a aquisição de capacidades que lhes permitissem participar em reuniões de representação. O que de certa forma leva a concluir que a RENAMO procurava, na medida do possível, treinar o seu pessoal na tentativa de se tornar num verdadeiro movimento político.

O atraso na desmobilização dos militares, os quais já tinham a necessidade de se sentirem livres, levou a que eles por si só abandonassem tanto a FRELIMO, como a RENAMO, porque não recebiam o que fora prometido para a reinserção. A RENAMO reclamava e sentia-se também marginalizada, alegando a falta de meios de subsistência e bloqueio de fundos por parte do Governo. É neste contexto que a Itália doa cerca de 65 milhões de dólares, incluindo equipamentos de informática e de comunicações.

Pese embora tenha havido algumas cedências, a RENAMO continuou a impedir o total acesso às áreas por si reivindicadas procurando, no entanto, efectuar a sua administração. É neste contexto que o AGP flexibiliza a situação e concede a administração das áreas, mas deixando clara a submissão à lei do Estado. A RENAMO mantinha tais territórios como sendo seus e interpretava o acordo de paz como estabelecendo uma autorização que legitimava a existência de duas administrações até às eleições.

²⁵ Entrevista feita ao *D. Matteo Zuppi (Anexo F)*



No relatório de 2 de Abril de 1993 para o CS, o SG informou que embora o cessar-fogo estivesse a ser respeitado na sua maioria, restavam alguns aspectos relacionados com o programa estabelecido nos Acordos, ainda por definir.

Nas suas conversações, Ajello procurou convencer Dlakama, que a RENAMO possuía mais capacidades para sobreviver como um partido político do que como uma força militar, que a Comunidade Internacional estava pronta para a ajudar e que a presença das NU era um garante de eleições livres e justas (Homwana, 1996, p.22).

No dia 14 de Abril de 1993, o CS, através da resolução 818, frisou o seu reconhecimento da demora e dificuldades que impediam o processo de implementação de paz. Apelar ao governo e à RENAMO, o cumprimento integral da agenda estabelecida nos acordos, incluindo a separação de forças, concentração e desmobilização (até Setembro de 1993 nenhuma das partes tinha dado avanço), antes das eleições. As partes deveriam cooperar com o SG e com o seu representante.²⁶

No início do mês de Maio de 1993, o SG já tinha registado alguns progressos, nomeadamente na ajuda efectuada por meio de fundos provenientes de alguns governos voluntários, nos esforços no campo humanitário, como é o caso da distribuição de alimentação, e que teve como corolário, o aumento notável no regresso de refugiados e pessoas desalojadas.

Restavam ainda duas questões por serem resolvidas, o acantonamento e desmobilização, e a formação das novas forças armadas. A frase que se segue foi da autoria do SG, onde reforçava a necessidade de se flexibilizar o processo de paz, com vista a encontrar soluções positivas:

“Time is short. Solutions must now be found. While the international community continues to show a willingness to assist in the process of building peace, peace cannot be imposed from outside, nor can it be built where there is no sufficient will to make peace” (Homwana, 1996, p.28)

Essas palavras iriam alicerçar os fundamentos antes frisados, de que o calendário que estava agendado não iria ser cumprido. Permanecendo, no entanto, o acantonamento e desmobilização de tropas para o início de 1994 e o treino das novas forças armadas previsto para antes das eleições por um período curto. Conforme o

²⁶ Ver documento no www.un.org/depts/dpko/co_mission/onumozF.html, acedido a 2 de Março de 2009



referido no acordo, as NU não se viam obrigadas a treinar as novas Forças Armadas, mas sim estabelecer alguma ligação ou dar o seu contributo para a formação.

IV.6. O final Ilusório do Mandato

“The need to implement all aspects of the GPA and the method by which the process was conducted required flexibility and modifications in the ONUMOZ operational mandate.” (Zacarias, 1996, p.97)

O mandato previa para o término da operação a 3 de Outubro de 1993, mas no mesmo ano o conselho de segurança prolongou esta data devido à lentidão do processo, factos esses que já foram anteriormente explicados. Portanto, a operação de desmobilização e transporte de tropas seria iniciada em Novembro de 1993 e terminaria em Maio de 1994, enquanto as eleições estaria marcadas para Outubro de 1994. E a tabela a baixo espelha necessariamente, o novo calendário para o processo de paz:

Concentração e desmobilização de forças para as duas partes	Período máximo de 9 meses, início a contar do mês de Setembro de 1993
Desmobilização completa	Maio de 1994
Efectivo das novas forças armadas	30.000 Homens
Transporte dos homens desmobilizados	Devia ser feito até Abril de 1994 ²⁷

Tabela 4.2 Novo calendário do mandato

IV.7. O Processo Eleitoral

Foi com a visita do Secretário-geral a 20 de Outubro de 1993, que muitos aspectos foram resolvidos. Na medida em que este negociava com as partes e incentivava a criação duma CNE. Mas depois geraram-se outras quatro questões fundamentais; a primeira relacionada com o direito de voto dos moçambicanos no

²⁷ Para se poderem recensear a tempo para as eleições. Deveriam ser transportados com antecedência, porque o recenseamento levaria cerca de 3 meses, de Abril a Junho de 1994.



estrangeiro, a segunda com a composição de comissões distritais e provinciais, a terceira com a composição do secretariado técnico para a administração eleitoral e por fim a quarta com a definição e composição do tribunal eleitoral. A 26 de Novembro de 1993, a resposta às questões foram obtidas na resultante de várias reuniões realizadas entre o presidente Chissano, Dhlakama e o Representante Especial.

A lei eleitoral foi aprovada pela assembleia moçambicana a 9 de Dezembro de 1993 e promulgada pelo Presidente Chissano. A sua entrada em vigor foi a 12 de Janeiro de 1994 e os membros da CNE foram seleccionados a 21 de Janeiro de 1994.

Embora se tenha registado um aumento de crimes provocados por pequenos grupos e o número de armas existentes fora do controlo das Nações Unidas, estas consideravam que as condições para a realização de eleições já tinham sido criadas. As Nações Unidas desenvolveram esforços no sentido de garantirem uma campanha livre e sem incidentes.

Mais próximo das eleições, chegou um grupo constituído por cerca de 23000 observadores eleitorais, incluindo cerca de 900 observadores das NU, para observar e verificar o acto de votação e contagem de votos em todas as províncias. A OUA, A União Europeia e a Associação Europeia para o Sul de África, enviaram seus próprios observadores eleitorais.

Não tardou muito tempo para que surgissem dificuldades criados pela RENAMO, alegando ter havido alguns problemas inerentes à falta de regras no processo eleitoral. Assim, entendeu que devia retirar-se das eleições. Em resposta, o Conselho de segurança apelou à RENAMO para honrar o seu compromisso e que a comissão de eleições seguiria todos os procedimentos.

A vontade da População era imensa e mediante conversações entre o Representante Especial e RENAMO, as ideias não tardaram a mudar e Dhlakama decidiu votar. O período de votos foi entre 27 a 29 de Outubro. A CNE procurou ser imparcial e juntamente com a ONUMOZ, tinha por tarefa assegurar-se de que as irregularidades clamadas pela RENAMO eram inexistentes.

No final dos votos a ONUMOZ constatou que as eleições tinham corrido satisfatoriamente sem nenhum incidente e que iriam anunciar o resultado, mas que independentemente disso, a segurança seria a maior preocupação. É a partir desta data que a ONUMOZ vê a sua missão como tendo sido cumprida, restando apenas controlar algumas áreas críticas, onde poderia surgir alguma criminalidade organizada.



As eleições foram ganhas pela FRELIMO por maioria absoluta; o presidente da República de Moçambique foi Joaquim Alberto Chissano.

IV.8. O Fim do Mandato da ONUMOZ

O parlamento foi criado em Maputo a 8 de Dezembro de 1994 e Joaquim Chissano foi consagrado presidente de Moçambique a 9 de Dezembro de 1994.

O Mandato da ONUMOZ terminou formalmente a 9 de Dezembro, embora se tenha encarregado de garantir a segurança até final do mês de Janeiro de 1995.

IV.9. Aspectos Chave da Actuação da ONUMOZ

Neste subcapítulo iremos falar das tarefas desenvolvidas pelas Nações Unidas com vista a se verificar o cumprimento do estipulado nos protocolos e documentos prescritos no AGP, relacionando sempre que possível com o mandato.

1. Quanto aos princípios fundamentais (protocolo I), estes relacionados com o respeito pelas leis e pelo Acordo entre as partes para ambas unirem-se por um objectivo único (Comunicado Conjunto, de 10 Julho de 1990), que é a implementação da Paz. As Nações Unidas trabalharam no sentido de responderem aos pedidos das partes, como é o caso do envio de tropas à pedido da RENAMO. O respeito pelas leis não foi uma tarefa de fácil realização, visto que vários problemas foram levantados, como o caso de pedido de alojamento e também os impostos cobrados. As Nações Unidas para darem volta a situação vão, por meio de negociações, efectuarem acordos e apoiarem monetariamente às partes na realização das suas necessidades.
2. Quanto à definição e formação dos Partidos Políticos (protocolo II), há que referir um aspecto muito importante inerente à ajuda fornecida pela Comunidade Internacional para transformar a RENAMO num partido político. Este apoio abrangia não só a parte financeira, mas também a parte da preparação dos seus membros. É de referir que paralelamente a este acontecimento realizou-se também uma conferência promovida pelas Nações Unidas, a Conferência dos Doadores (protocolo VII).
3. Quanto às questões militares (protocolo IV), há que salientar a capacidade de resposta das NU quanto a resposta: ao pedido da RENAMO para o envio de tropas no sentido de controlarem os principais corredores de circulação, e



estas enviaram a Polícia Civil Internacional (CIVPOL) com cerca de 125 observadores para garantir a neutralidade nas capitais provinciais garantindo a liberdade e segurança dos cidadãos. No mês de Novembro de 1993, antes do início das Eleições, as FADM iriam serem constituídas por ambas as partes e teriam dois chefes com as mesmas funções e mesmo posto em todas as áreas do Estado com a finalidade de evitar marginalizações, é exemplo disso a nomeação como Chefes do Estado-Maior General o Sr. Lagos Lidimo da FRELIMO e o Sr. Ngonhamo da RENAMO²⁸.

4. As Garantias (protocolo V) foram necessariamente as de delinear os planos para a realização das Eleições, mas tomando em linha de conta os aspectos a considerar até a realização das mesmas, o que pode ser alcançado tomando em linha de conta os princípios dos actos eleitorais (protocolo III). É no entanto, sabido que a calendarização foi alterada devido a vários factores já referidos. O cessar-fogo (protocolo VI) surge como um aspecto de grande importância, porque mesmo com a tentativa de recolha de armas e com a ajuda Humanitária continuaram a haver alguns crimes e violências resultados do desemprego e insatisfação dos Militares desmobilizados.
5. Quanto aos princípios dos actos eleitorais (protocolo III), há que referir dois aspectos importantes; a falta de segurança sentida pela RENAMO, presumindo que o Governo estivesse a preparar uma fraude eleitoral; e o financiamento dos partidos para as campanhas eleitorais (UNDPI, 1995).

²⁸

Entrevista ao Adido de Defesa de Moçambique em Portugal (Anexo E)



Capítulo –V

Considerações Finais

Nesta fase, pretendemos expor a discussão do trabalho e retirar as conclusões finais a que chegamos.

1. Discussão do trabalho

A pergunta de partida a que nos propusemos responder é: “Que factores contribuíram para o sucesso da operação das Nações Unidas durante o processo de paz em Moçambique?”

Contributo das partes antes da Intervenção das NU

Podemos de forma genérica dizer que as NU sempre estiveram presentes no território Moçambicano, mas a sua acção era ainda invisível até ao período antes das negociações. Recordemos as tentativas de levar as duas partes à mesa de negociações, primeiro por meio dos países aliados e numa segunda fase através da Comunidade de Santo Egídio a qual teve um grande sucesso na sua intervenção.

Há ainda dois grandes factos a destacar: o primeiro relacionado com a vontade tida pelas partes em querer solucionar o problema, que em boa verdade, constitui a condição necessária para a intervenção das NU em 99% dos casos; e o segundo relacionado com o esforço feito pela Comunidade Internacional em manter as partes unidas num interesse comum, que foi e é a unidade Nacional. Em termos práticos podemos classificar o contributo das partes beligerantes como tendo sido de âmbito técnico e reservado. Técnico, na medida em que ambas procuram obter meios, e manifestarem a vontade de se alcançar a paz pelo diálogo; e reservado na medida em que nenhuma das partes quis logo no princípio demonstrar a vontade de efectuar um diálogo, prevalecendo em nelas um receio motivado por desconfianças e acusações respeitantes às violações do cessar-fogo.

A que tipos de compromissos estiveram vinculados as parte para que o processo de paz se tenha tornado mais flexível

As partes basearam-se numa fase inicial em negociações e acordos, mas esses processos careciam duma intervenção externa, a qual foi assegurada duma forma eficaz pela Comunidade de Santo Egídio durante as Negociações. Sendo que, antes da intervenção da Comunidade de S. Egídio, as várias alianças que se estabeleceram para com os países vizinhos, deram o seu contributo relevante que estabeleceu os alicerces para o início das



Negociações. É exemplo do Acordo de Incomati, estabelecido entre a África do Sul e o Governo de Moçambique.

O tipo de documentação que vinculou as Nações Unidas para garantir a implementação da paz.

O mandato das NU, foi o pilar dessa operação realizada pelas forças da ONUMOZ. No entanto, o mandato versava na sua generalidade de aspectos que se encontravam prescritos nos Protocolos.

Necessidade de alterar os planos prescritos no Mandato, causa.

Houve necessidade de se alterarem os planos, e o primeiro motivo para tal acontecer teve a ver com a estratégia que a RENAMO estabeleceu, impondo medo e receio²⁹; o segundo teve a ver com a estratégia adoptada pelas FAM e também pela RENAMO em não desmobilizarem na totalidade os seus militares. Foi o atraso na desmobilização, na entrada nas áreas de Acantonamento e as violações do cessar-fogo que induziram a ideia de que não seria no período determinado que se iriam formar as forças armadas, muito menos realizarem-se as eleições. Há que deixar claro que uma operação destas exige uma rápida adaptação, porque o planeamento é apenas o guião e a realidade não conduzia com o que se passava; daí a resposta e o estudo efectuado pelas Nações Unidas de que resultou o aumento do prazo da operação para os finais de 1994 e mais tarde para Janeiro de 1995, de forma a assegurarem o desfecho e certificarem-se de que a Paz se tinha tornado numa realidade em Moçambique.

Que Medidas foram tomadas em consideração para garantir o não retorno as Armas.

Temos aqui duas situações por descrever, uma que tem a ver com o próprio desarmamento e outra que tem a ver com a reintegração. O desarmamento não foi na sua totalidade efectuado; mesmo com a formação das Forças Armadas, ainda existia pessoal por ser desmobilizado e material de guerra por ser entregue.

Quanto à reintegração social, existiam indivíduos que estavam descontentes com o que recebiam como parte do valor para garantir uma boa reintegração na Sociedade. Contudo, há informações que nos revelaram a má aplicação do subsídio oferecido ou o incorrecto uso dos vários produtos e instrumentos para o cultivo, como é o caso dos tractores agrícolas. Num País como Moçambique, onde mais de metade da População vive na base de Agricultura de subsistência familiar, e com a população com um nível de Escolaridade muito baixo, não constitui novidade alguma, a má gestão dos Recursos. Contudo, mercê da iniciativa de desmobilizar os militares, o que ia na sua maior parte com a vontade dos

²⁹ Entrevista ao adido de Defesa (Anexo E)



mesmos, da formação dada e da criação de pequenas e médias empresas que se reduziu significativamente o número de crimes em todo o território.

2. Verificação das Hipóteses

Chegados a esta fase, resta-nos provar se de facto as hipóteses levantadas no início do trabalho foram verificadas.

Quanto à hipótese 1, podemos considerar o apoio externo como sendo um instrumento intensificador da situação interna. Pois verificamos que imediatamente a seguir a queda da União Soviética, a situação económica e militar começou a caracterizar-se numa forma bastante diferente. Referimo-nos aqui, a importação de Armamento bélico, a qual cessou tanto para o Governo por parte dos países da Ex. União Soviética bem como para a RENAMO por parte da África do Sul.

Quanto à hipótese 2, a existência de vontade entre as partes para se alcançar a paz, é um factor crucial. De facto, este constitui um elemento indiscutível e fácil de concluir que apesar das divergências e complicações entre as partes, via-se nelas o desejo de promover o diálogo e alcançar a paz. Pois, as negociações por meio da igreja e de outros agentes conhecidos, a necessidade de encontrar alojamentos no local para se efectuar o diálogo, e a inexistência numa causa principal para se continuar em conflito, são um reflexo da nítida vontade tida pelas partes em se unirem e colocarem fim ao conflito. porque já não se tratava de resolver os assuntos, ou casos inerentes ao desenvolvimento do país, como se viu durante a assinatura dos acordos.

A Hipótese 3, conduz-nos a afirmarmos que não há uma certeza absoluta e esclarecedora quanto ao estudo efectuado pelas NU sobre o terreno. Mas o que se deu em Moçambique e numa forma clara, foi o choque que eles iam encarando, quando entravam em estradas que dificultavam o acesso a certas áreas. Quando, por exemplo, precisavam de fazer áreas de Acantonamento e recolha de armas, não sabiam ao certo quantas é que deveriam ter e quantos militares deveria ter no terreno para efectuar um controlo eficaz na desmobilização. As Nações Unidas através do seu representante especial, por meio da CSC, conseguiam estabelecer uma rápida ligação com o Conselho de Segurança, no sentido de responder prontamente às dificuldades tidas. Porém, o conhecimento mais aprofundado das condições do terreno e a dimensão exacta da população, bem como das forças, podia facilitar a elaboração de um planeamento pormenorizado que vislumbasse bons resultados, é indispensável e crucial. De qualquer forma esta tarefa não é de fácil realização.



Relativamente à hipótese 4, a operação de manutenção de paz carece de outras intervenções, como seja, o caso da intervenção das ONG, da OUA e de alguns países que se voluntariaram no processo de ajuda humanitária, Obviamente que as organizações internacionais constituíram o pilar de todo o processo uma vez que a ONU não actua sozinha nesse tipo de operações, e conta também com a participação de alguns países que embora façam parte da organização, por vezes tendem a ajudar particularmente. As organizações não governamentais desempenham também um papel crucial na ajuda Humanitária.

3. Conclusões

Iremos nesta parte do trabalho apresentar um conjunto de juízos à cerca do nosso tema. Desde logo, há que reconhecer o grande contributo desempenhado pelas NU, uma vez que vimos que a operação teve um bom desfecho e que não houve nenhum retorno ao armamento. Os factores que deram o contributo a esse sucesso foram os seguintes;

- ✓ A vontade política das partes, em promover um clima de diálogo, sem o qual não se chegaria a um entendimento. Logo, podemos afirmar que houve consentimento das partes envolvidas;
- ✓ O clima que se vivia na região, pois Moçambique era um dos poucos países que ainda se encontrava em guerra;
- ✓ A vontade dos outros intervenientes em ajudarem na implementação da Paz, como é o caso da comunidade de Santo Egídio, Itália; Portugal, Zimbabwe;
- ✓ A falta de meios suficientes para sustentar a guerra também incrementada pela queda do gigantesco comunista do Leste.

É de frisar que os factores acima transcritos interligam-se, visto que, por mais que as partes tivessem vontade de formar umas forças armadas únicas, sem a devida formação e sistematização duma estrutura capaz de evitar futuras resistências, não seria possível garantir a paz.

As NU conseguiram alcançar o seu objectivo pelo seu mérito baseado na estrutura de controlo e na grande qualidade e competência do seu representante Especial e pelo mérito do conjunto, que são os Países que dela fazem parte integrante, bem como, o desempenho da Comunidade religiosa.



Referências Bibliográficas

Livros:

- BERMAN, Eric (1996.) *Managing Arms in Peace Process: Mozambique*,: United Nations Institute for Disarmament Research- UNIDIR, New York
- HOMWANA, J. Bernardo (1996) *The United Nations and Mozambique: Sustainable Peace?* Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, Lisboa.
- GARCIA, Proença (2003) *Análise Global de Uma Guerra – Moçambique 1964-1974*, Edição de livros e Revistas, Lisboa.
- ROCCA, Roberto M. D.(1998) *Moçambique da Guerra à Paz, História de uma mediação insólita*, Livraria Universitária - UEM, Maputo.
- SARMENTO, M. (2008). *Guia Prático sobre Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada editora.
- SYNGE, Richard (1997) *Mozambique: UN peacekeeping in action 1992-1994*, United States Institute Peace Press, Washington
- STEDMAN, S.J., Rothschild, Donald & Cousens, E. M. (2003) *Ending of civil Wars: The Implementation of Peace agreements*, ed. M. Boulder London Lynne Rienner
- ZACARIAS. Agostinho (1996) *The United Nations and International Peacekeeping*, Tauris & co, Ltd, London
- WESLEY, Michael (1997) *Causalities of the new world order, the causes of failure of UN mission to civil war*, ST. Martin's Press, Sydney, Australia

Artigos em Revistas:

- BRANCO, L. Castelo (2003). “As Missões da ONU em África: Sucessos e Fracassos”, in vários, Revista Militar Nação e Defesa, nº 105. Soberania e Intervenções Militares, p. 81-100
- JANETE, Cravino (2005). “Conflitos Internos-Resolução de Conflitos”, in vários, Revista Militar, Nº11 Volume nº 57, p. 1183-1202

Instituições:

- DGPDN (1993). *Súmula das Operações de Manutenção de Paz no âmbito da ONU e também no quadro da CEI*, Ministério da Defesa Nacional, Lisboa



Artigos de Jornais:

- ALBUQUERQUE, Gonçalves (1995). “Participação de Portugal na Formação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique no âmbito do Acordo Geral de Paz (1993-1994)” Jornal do Exército, Junho/Junho

Publicações Electrónicas:

- A luta armada foi imposta pela história. CONSULTADO A 23 JAN. 2009 http://macua.blogspot.com/moambique_para_todos/files/ , acedido a 23 de Janeiro de 2009, às 14.18.
- Mozambique, ONUMOS. Consultado 20 Out. 2008, disponível em http://www.un.org/Depts/dpko/dpko/co_mission/onumoz.htm



ANEXO A

ONU

A ONU é um organismo internacional criado ao final da Segunda Guerra Mundial, com o propósito de manter a paz e a cooperação entre as nações. A necessidade desse organismo e o interesse em criá-lo foi expressa durante a guerra, como por exemplo, na Carta do Atlântico, de 1941, assinada pelos Estados Unidos e Inglaterra e que se referia à necessidade de um "sistema mais amplo e permanente de segurança geral". Em 26 de Junho de 1945 foi assinada a Carta das Nações Unidas, depois de dois meses de discussões que reuniram representantes de 50 países na cidade de São Francisco na Califórnia. Em 24 de Outubro a carta entrou oficialmente em vigor. A nova instituição tinha como objectivos manter a paz e a segurança internacionais, desenvolver relações amistosas entre as nações e conseguir a cooperação internacional para resolver os problemas socioeconómicos, culturais e humanitários.

Do ponto de vista estrutural, a **Assembleia-geral** seria o organismo interno à ONU mais importante, formado por um representante de cada país membro, com direito a um voto. Na prática, o **Conselho de Segurança** se tornou o organismo mais importante nas últimas décadas, formado por 15 membros, sendo que 5 são considerados membros permanentes (EUA, URSS, China Nacionalista, França e Inglaterra) e 10 são membros temporários, eleitos a cada dois anos. Em 1971 a China Nacionalista foi substituída pela China Comunista e, em 1991, a URSS foi substituída pela Rússia. Outro organismo importante é a **Corte Internacional de Justiça**, com sede em Haia, Holanda, formada por nove juízes eleitos pela Assembleia-geral. O **Conselho Económico e Social** é formado por 54 países, com mandato de três anos, sendo responsável por coordenar as Instituições especializadas. A **Assembleia-geral** é o órgão central das Nações Unidas, no qual todos os países-membros estão representados, podem falar e ser ouvidas sobre qualquer assunto. Cada país tem direito de voto, em pé de igualdade com os outros, independentemente de sua riqueza ou poder bélico. As questões importantes são decididas por uma maioria de dois terços dos votos. A Assembleia-geral se reúne regularmente uma vez por ano, com início na terceira terça-feira de Setembro, por um período de pelo menos três meses. Mas podem ser convocadas reuniões de emergência, em qualquer momento. Elege todos os anos o seu Presidente que tem a tarefa de dirigir as reuniões da Assembleia-geral, podendo debater e fazer recomendações sobre qualquer assunto (a menos que ele se encontre em mãos do Conselho de Segurança). A Assembleia recebe relatórios do Conselho de Segurança e dos outros órgãos principais da ONU, bem como do Secretário-Geral. Admite novos Membros, nomeia o Secretário-Geral, que é o "Administrador" das Nações Unidas,



mediante recomendação do Conselho de Segurança e elege os membros dos outros órgãos e

o **Conselho de Segurança** foi pensado para ser o principal guardião da paz mundial. Enquanto a Assembleia-geral pode debater qualquer preocupação mundial, o Conselho de Segurança só trata de questões de paz e segurança. Todos os Membros da ONU concordaram em aceitar as decisões do Conselho de Segurança. Ao contrário da Assembleia-geral, o Conselho de Segurança não reúne regularmente. Pode ser convocado a qualquer momento e com pouca antecedência se qualquer país, membro ou não das Nações Unidas, julgar que exista ameaça concreta a paz e segurança mundial. A Presidência do Conselho de Segurança é assegurada rotativamente pelos seus membros, pelo período de um mês. A rotatividade faz-se seguindo a ordem alfabética, em Inglês, dos nomes dos respectivos países. A votação no Conselho de Segurança é diferente da votação na Assembleia-geral. Para aprovar qualquer resolução é preciso o voto favorável, no mínimo, de nove membros do Conselho; porém os "membros permanentes" têm direito a veto. Isso quer dizer que é necessário que apenas um dos cinco países vete, para que uma proposta apresentada seja rejeitada.

Conselho Económico e Social

O Conselho Económico e Social ocupa-se de problemas económicos, tais como o comércio, os transportes, a industrialização e o desenvolvimento económico, e de questões sociais, que incluem a população, as crianças, a habitação, a segurança social, a juventude, o ambiente humano, a alimentação. É responsável por formular recomendações sobre a forma de melhorar as condições da educação e da saúde e de promover o respeito e a observância dos direitos e liberdades das pessoas, em todo o mundo. O Conselho tem normalmente uma reunião ordinária por ano e as suas decisões são tomadas por maioria de votos. O trabalho do Conselho depende das agências especializadas e Programas das Nações Unidas. Muito frequentemente, trabalham em conjunto em projectos específicos

IFAD- Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

WMO – Organização Meteorológica Mundial

IMO – Organização Marítima Internacional



FAO – Organização para a Alimentação e Agricultura

OMS – Organização Mundial de Saúde

UNIDO- Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

OIT- Organização Internacional do Trabalho

UPU – União Postal Universal

WIPO – Organização Internacional da Propriedade Intelectual

ITU – União Internacional de Telecomunicações

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Banco Mundial)

ICAO – Organização de Aviação Civil Internacional

FMI - Fundo Monetário Internacional

IDA – Associação Internacional para o Desenvolvimento

IFC – Corporação Financeira Internacional

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Duas outras agências similares mas separadas são:



IAEA – Agência Internacional de Energia Atômica

GATT – Acordo Geral sobre tarifas e Comércio

O Conselho de Tutela

Quando as Nações Unidas nasceram, havia algumas partes do mundo onde as pessoas não podiam escolher os seus próprios Governos. Essas zonas foram colocadas sob proteção especial das Nações Unidas e ficaram conhecidas pelo nome de Territórios sob Tutela. O Conselho de Tutela acompanha o progresso social dos povos que vivem nesses territórios. Inicialmente, havia onze destes Territórios, a maioria em África e no Oceano Pacífico, mas hoje em dia já existe apenas um, as ilhas do Pacífico, administradas pelos Estados Unidos. Os membros do Conselho de Tutela são os membros permanentes do Conselho de Segurança, isto é, a China, a França, o Reino Unido, a Federação Russa e os Estados Unidos. Cada membro tem um voto e as decisões são tomadas por maioria simples. O Conselho de Tutela se reúne normalmente uma vez por ano, durante os meses de Maio e Junho.

Tribunal Internacional de Justiça

O Tribunal Internacional de Justiça é o principal órgão das Nações Unidas que elabora sentenças judiciais. Só os países e não as pessoas é que podem apresentar casos ao Tribunal. Quando um país concorda em submeter um caso ao Tribunal, tem de comprometer-se a acatar a sua decisão. O Tribunal reúne em Haia, na Holanda, e está em sessão permanente. Tem quinze juizes, que são eleitos pela Assembleia-geral e pelo Conselho de Segurança. Não pode haver dois juizes do mesmo país.

As decisões têm de ser tomadas por, pelo menos, nove juizes. **Secretariado**, chefiado pelo Secretário-Geral, é formado pelo pessoal das Nações Unidas, que desempenha as suas tarefas diárias. O Secretário-Geral é o mais alto funcionário das Nações Unidas.



É nomeado pela Assembleia Geral, mediante recomendação do Conselho de Segurança, para um mandato de cinco anos. Ao Secretário-Geral foi atribuído o mesmo tipo de poder político dos Chefes dos Estados Membros. Pode apresentar ao Conselho de Segurança qualquer problema que considere constituir uma ameaça à paz mundial. Pode propor questões para debate na Assembleia Geral ou em qualquer órgão das Nações Unidas.

Manutenção da Paz e Segurança Internacionais

O seu primeiro grande objectivo e função inicial é a manutenção da paz e segurança internacionais, ponto que ficou explícito desde a sua fundação, logo após da Segunda Grande Guerra, onde se afirmou que “esta foi a guerra para acabar com todas as guerras”, e que está previsto nos Capítulos V, VI e VII da sua Carta fundadora, tendo sido já um sucesso da resolução de difíceis disputas, tais como a crise dos mísseis de Cuba em 1962, a crise do Médio Oriente em 1973, a restauração da soberania do Kuwait na década de '90 do século passado, ou o acompanhamento da crise e subsequente independência de Timor-leste entre 1999 e 2002, apenas referindo alguns exemplos.

Dependendo sobretudo dos seus Estados-membros, a organização apenas define e protege os princípios que prescrevem a legitimidade da paz. Recordemo-nos que esta organização, por si própria, não possui força militar, e desta forma são os Estados que definem as guerras: a ONU não tem territórios, recursos ou nacionalismo. Contudo não deixa de ser relevante o seu papel na hora de legitimar a força militar nas operações de intervenção dentro de Estados

Soberanos.

Na verdade, aquele processo supõe complexas operações que envolvem as questões do desarmamento, da criação de paz (“peacemaking”), da construção de paz (“peace-building”), da manutenção de paz (“peacekeeping”), do reforço de paz (“peace-enforcement”), e da assistência humanitária (como que um processo transversal a todos os outros).

No que diz respeito ao desarmamento, as Nações Unidas comprometem-se a controlar a circulação e existência de armamento convencional, bem como reduzir a existência de armas de destruição maciça, nomeadamente através da criação de fóruns e conferências internacionais, trabalho este que já vê resultados efectivados em tratados (sendo de entre estes o Tratado de Não Proliferação Nuclear de 1968, e o Tratado de Não-Proliferação Nuclear de 1996 os mais importantes), mas também em agências, como a Agência Internacional da Energia Atómica ou a Organização para a Proibição das Armas Químicas.

O processo de criação de paz (“peacemaking”) das Nações Unidas pretende criar entendimentos através de meios diplomáticos entre partes hostis de um conflito,



nomeadamente oferecendo recomendações que evitem as hostilidades. Aqui o Secretário-Geral possui um papel fundamental, na medida em que tem poderes para chamar a atenção do Conselho de Segurança para situações deste tipo, mas também através do uso da diplomacia preventiva por forma a prevenir uma escalada de acontecimentos.

Se a criação de paz tem que ver com os momentos que precedem eventuais conflitos, o processo de construção de paz (“peacebuilding”) desenvolve assistência à criação de uma boa governação dentro de Estados, criação de ordem e lei civil, e apoio a eleições e a direitos humanos, por forma a que países que saíram de uma situação de conflito se estabilizem, da mesma forma que os ajuda na reconstrução de instituições governativas e sociais. Para tal, as Nações Unidas fazem uso das suas agências, mas colaboram também com outros países que pretendam doar e/ou apoiar a criação de paz dentro de um outro Estado.

Por fim, o processo de manutenção de paz (“peacekeeping”) é definido pelo Conselho de Segurança, sendo que envolve operações militares como as directamente relacionadas com processos de cessar-fogo, a estabilização dos “shatterbelts”, ou a monitorização de acordos de cooperação, mas requer também a monitorização de direitos humanos ou a organização de eleições, questões directamente relacionadas com as dimensões policial e civil.



Anexo B

Elementos Presentes nos Acordos Gerais de Paz:

Delegação do Governo da Republica de Moçambique, Chefiada por Armando Emilio Guebuza, Ministro dos Transportes e Comunicações e composta pelos Senhores Aguiar Mazula, Ministro da Administração Estatal, Teodato Hunguana, Ministro do Trabalho, e Francisco Madeira, Assessor Diplomático do Presidente da Republica

Delegação da RENAMO chefiada por Raul Manuel Domingos, chefe do Departamento de Relações Exteriores, composta pelos Senhores Vicente Zacarias Ululu, chefe do departamento de assuntos políticos, e João Francisco almirante, membro do Gabinete presidencial;

Mediadores; on. Mário Raffaelli, representante do Governo da representante do governo da República Italiana

Representante dos mediadores, D. Jaime Gonçalves, Arcebispo da Beira, Prof. Andrea Riccardi e D. Matteo Zuppi da Comunidade de S. Egidio.

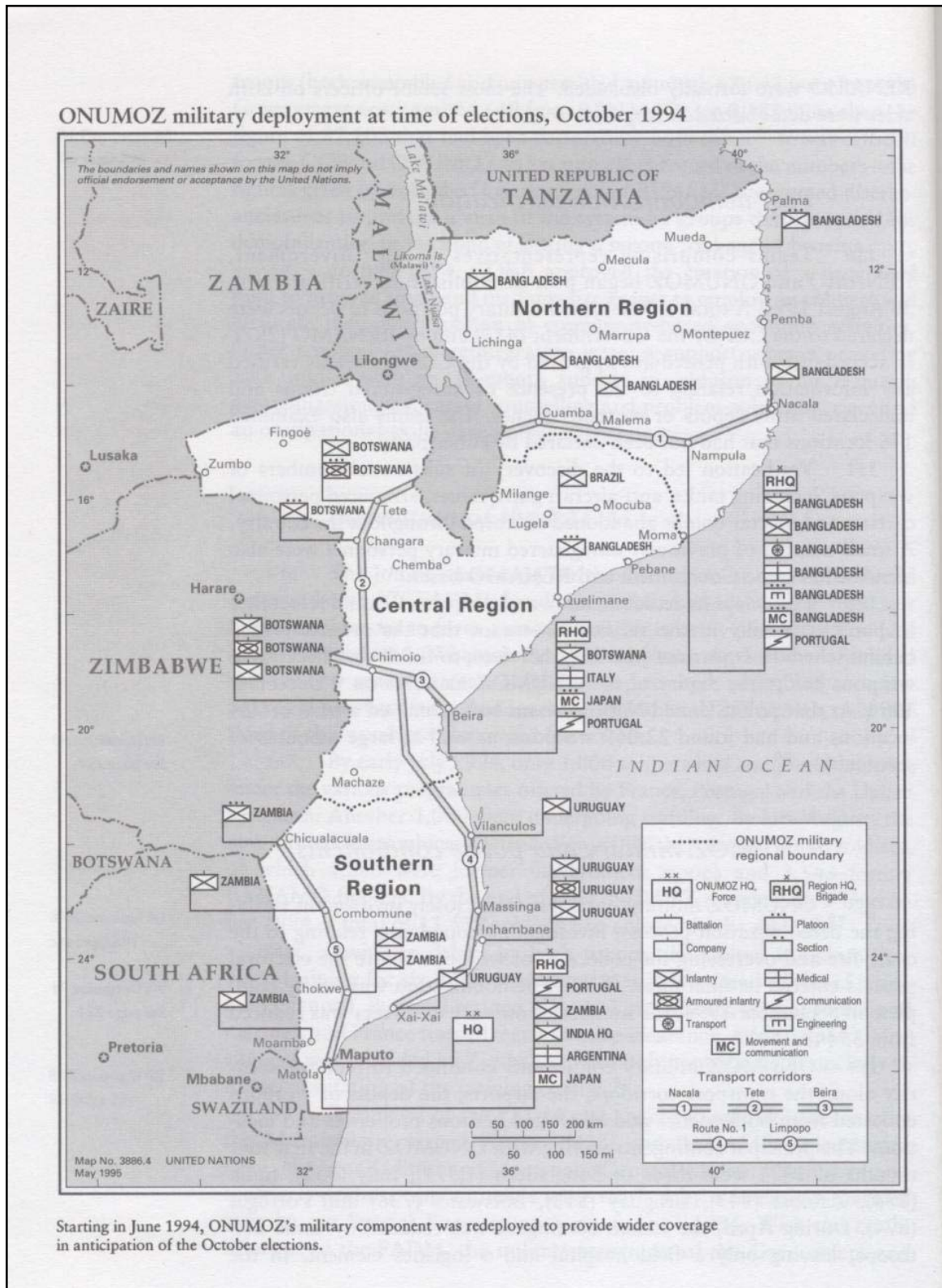
Chegada das Forças Militares das Nações Unidas para a Ocupação e Controlo dos Corredores





ANEXO “ D”

Chegada das Tropas das Nações Unidas para o Controlo das Eleições





Anexo E

Entrevista ao Sr. Adido de Defesa de Moçambique:

Coronel Banguine

1. Quais Foram as principais Causas que levaram à formação de duas Forças Militares?
2. Que tipo de influências podem ser exercidas pelos países externos, aliados a uma das partes em conflito?
3. Quais foram as principais razões da demora na desmobilização?
4. Como foi concebido pelas partes o apoio da ONU?
5. Quais são os principais factores a ter em conta para evitar o retorno às armas?
6. Que análises faz do processo de negociação, em termos de dificuldades, antes da implementação do acordo geral de paz?
7. De que forma foi garantida a defesa do território Moçambicano, sabendo que as duas partes deviam-se unir numa só força?
8. Qual é o Balanço final que faz da Operação da ONUMOZ em termos de Sucesso?

Data: 26 de Março de 2009, Embaixada de Moçambique



ANEXO “F”

D. Matteo Zuppi e a Comunidade de Santo Egídio

HISTÓRIA DAS NEGOCIAÇÕES SECRETAS PARA A PAZ EM MOÇAMBIQUE

A FRELIMO e a RENAMO sentaram-se à mesma mesa, em Roma, durante meses, a convite da Comunidade de Santo Egídio. O padre Matteo acompanhou todo o processo.

Romano, 47 anos de idade, Matteo Maria Zuppi esteve recentemente em Portugal, para participar nas primeiras Jornadas promovidas pelo Instituto Superior de Teologia de Viseu, intituladas Diálogo inter-religioso na construção da Europa. O MENSAGEIRO foi ouvi-lo num fim de tarde, depois de seis horas de debate com padres, seminaristas, estudantes de Teologia e outros interessados.

Afável, bom conversador, aceitou o convite para contar como decorreram as negociações para vencer a guerra em Moçambique. Mas falou-se, também, da Guatemala e da Argélia, da Sérvia e do Kosovo. Talvez assim se fique a conhecer melhor porque é que o nome da Comunidade de Santo Egídio é sinónimo de paz.

Como é que a Comunidade chegou a interessar-se pela situação em Moçambique ou como é que o problema da guerra em Moçambique chegou à Comunidade?

D. Matteo - Foi através da Porta Aberta. Santo Egídio não representa o início da Comunidade. Esta começou em 1968 e em 1973 é que chegámos a Santo Egídio, como lugar confiado à Comunidade. Aí começámos a fazer uma oração, todas as noites, às 20h45, aberta a quem queria entrar. Uma vez, convidámos um bispo de Moçambique, o arcebispo da Beira, a participar na oração. E começou uma amizade entre nós e ele. No início, ele falou-nos do problema existente entre o Estado e a Igreja. O Estado, no início, tinha uma imagem muito negativa da Igreja, nacionalizou todos os templos; olhava a Igreja como colaboradora do antigo regime. Mas boa parte da Igreja tinha estado do lado da independência, embora grande parte dos bispos fossem africanos, porque a Santa Sé mudou muitos deles em 1974 e 75.

Como actuaram?...

- Nós colocamos o bispo D. Jaime em contacto com o Partido Comunista Italiano. Nós não conhecíamos ninguém, mas chamámos alguns apoiantes, um pequeno grupo, e depois



chegámos até ao próprio Berlinguer, o secretário-geral. O PCI era um dos mais importantes da Europa, nós pensamos que era mesmo um dos mais importantes do mundo. Na verdade, o PCI chegou a ter 45% dos votos em Itália, um pouco antes de ter assinado o compromisso histórico com a democracia cristã. Berlinguer era um homem de cultura, um homem com sensibilidade. Ele mostrou-se sensibilizado com o nosso contacto e mandou o irmão a Moçambique, porque havia uma ligação muito forte entre o Partido Comunista Italiano e a Frelimo. Muitos membros da Frelimo tinham construído laços muito fortes com o PCI durante os anos da luta de libertação. Então, o irmão de Berlinguer foi a Moçambique dizer-lhes: Olha, vocês têm de se reunir com a Igreja para encontrar solução para alguns problemas. Depois, ele pediu-nos ajuda, porque Moçambique vivia um problema muito grave, em 1984, com a seca. E nós começámos a enviar ajuda. Mas o problema era este: qual o sentido desta ajuda, se o país continuava em guerra? Os bispos de Moçambique fizeram algumas cartas pastorais muito importantes, nas quais defenderam a necessidade de diálogo. Depois, foram falar com o presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, e ofereceram-se como mediadores para o diálogo com a RENAMO. Nós queremos contactar a RENAMO..., disseram-lhe. Chissano respondeu-lhes: Isso é convosco. Eu não vos peço para irem falar com a RENAMO, mas se vocês querem ir falar, é um problema vosso.... Isto aconteceu no final de 1987, princípios de 1988

Ainda existia o Muro de Berlim...

- Sim. Mas a situação em Moçambique era diferente da de Angola. Angola era como que um laboratório da União Soviética, até mais do que um laboratório... Em Moçambique, a FRELIMO tinha ligações com Moscovo, mas também tinha boas relações com os Estados Unidos da América

Por causa da proximidade da África do Sul?

- Porque era pragmática! Isso já era visível no tempo de Samora Machel. Recorde-se o Acordo do Incomati, que Samora Machel assinou com o regime de apartheid sul-africano e que fez acabar com as actividades do ANC em Moçambique. Moçambique mantinha boas relações com os Estados Unidos e com muitos países europeus. A Frelimo era pragmática

Os bispos, então...

- Até 1988 não era possível falar com a RENAMO, porque era falar com os terroristas, com os bandidos armados. A partir do momento em que D. Jaime e os outros bispos moçambicanos receberam esta luz verde do presidente Chissano, D. Jaime chamou-nos



imediatamente e disse: Nós temos esta luz verde, ajudai-nos a encontrar a RENAMO!. E nós começámos à procura do caminho da RENAMO.

Como é que fizeram? Foram a Moçambique?

- Não. A estratégia foi procurar elementos da RENAMO no exterior e verificar se tinham um contacto directo com a RENAMO. A FRELIMO era uma estrutura muito interna, o Dlakhama estava no terreno, nunca ninguém o tinha visto. Então, apareciam pessoas que nos diziam Eu sou da RENAMO, mas depois verificava-se que não tinham qualquer ligação directa à RENAMO que estava a combater em Moçambique. E fomos testando contactos. Uma vez, encontrámos um moçambicano que vivia na Alemanha e que julgámos ter uma boa ligação à RENAMO que estava no interior de Moçambique. E dissemos-lhe: Muito bem, tu tens de nos dar um sinal concreto. E pedimos-lhe a libertação de uma religiosa portuguesa que tinha sido raptada.

A RENAMO raptava religiosas?

- Sim, mas mais por medo que depois dos ataques chegassem as forças da FRELIMO e matassem as populações, para acusar a RENAMO. Esta foi, pelo menos, a justificação que depois nos deram. Nós temos de as levar connosco, caso contrário chega o Exército regular e mata, disseram-nos. E muitas vezes isso terá acontecido, porque o Governo pensava haver uma colaboração entre os camponeses e a RENAMO. Então, a RENAMO atacava e levava consigo a aldeia inteira, para evitar represálias sobre os habitantes.

E esse sinal foi dado?

- Sim, muito rapidamente. Levaram a religiosa portuguesa até à fronteira de Moçambique com o Malawi e nós mandámos lá um missionário para a receber. Correu tudo bem e, então, nós decidimos que aquele era o canal bom, o canal apropriado para contactar directamente a RENAMO no terreno.

Estava aberto o caminho para as negociações...

- Não, porque de início a FRELIMO não queria negociar. A FRELIMO queria que, em primeiro lugar, a RENAMO entregasse as armas. Depois, propunham uma amnistia, dizendo: Vocês são culpados, mas nós perdoamos e vocês podem regressar a casa. Mas a RENAMO respondia: Nós pegámos em armas porque queremos fazer isto, isto e isto. Portanto, se vocês não fazem essas mudanças, nós continuaremos a lutar. A amnistia, para a RENAMO, era um insulto, porque não se sentia culpada de nada. A guerra tinha começado não porque a RENAMO fosse um bando de ladrões, mas porque do outro lado



estava um poder marxista que defendia soluções políticas com as quais a RENAMO não concordava. E por isso dizia Se vocês não mudam, nós continuamos a lutar. Mas a FRELIMO não queria negociar. O Governo aceitava que os bispos falassem com a RENAMO, mas para convencer esta a entregar as armas.

Uma situação difícil...

- Sim. Em Maio de 1988, combinámos uma viagem de D. Jaime à Gorongosa, porque o bispo era muito aceite pela RENAMO. Antes, tínhamos promovido um encontro entre D. Jaime e o contacto da RENAMO que vivia na Alemanha; depois, organizámos a viagem de D. Jaime à Gorongosa, com a ajuda dos sul-africanos, o que prova que estes ainda tinham laços com a RENAMO. Mas o bispo não sabia que o encontro se iria realizar dentro de Moçambique, pensava que iria ser na Zâmbia. Os sul-africanos fizeram isto, segundo disseram, para não assustar D. Jaime. A viagem foi feita toda durante a noite; partiram de noite e regressaram ainda durante a noite, de avião. Foi a oportunidade de D. Jaime falar, durante duas ou três horas, com Dlakhama. Este encontro foi fundamental, porque Dlakhama - que já confiava em D. Jaime e começava a ter confiança connosco - disse Este é o verdadeiro caminho para a paz.

Estava cansado da guerra...

- Não. Ele disse: Se nós temos de falar, é com estes que devemos falar. Por um lado, D. Jaime é moçambicano e sempre falou de diálogo, mesmo fazendo zangar o Governo moçambicano. Depois, porque a Comunidade de Santo Egídio não tem nenhum interesse em Moçambique. E ainda havia a circunstância de D. Jaime ser da mesma tribo de Dlakhama; foi uma razão secundária, mas importante, porque falavam a mesma língua.

Tinha sido aberto o caminho do diálogo

- Depois começaram contactos no Quénia, com a mediação de responsáveis quenianos. Mas estes contactos fracassaram, na minha opinião porque eram demasiado formais.

E vocês?...

- Nós não fizemos mais nada, nessa altura, porque não considerávamos uma parte indispensável do processo de diálogo. Se as coisas estavam a andar, perfeito! Mas a verdade é que esses encontros no Quénia, em 1989, entre o Governo moçambicano e a RENAMO, acabaram por fracassar. Aliás, as duas delegações nunca se encontraram.

Nunca se encontraram?!



- Foi assim... O Quénia convidou as duas delegações. Quis alojá-las no mesmo hotel, mas logo que isso se soube, os elementos da RENAMO fugiram. Nós queremos negociar, não queremos 'coisinhas' assim de estar no mesmo hotel, disseram. Então, o Governo de Moçambique enviou uma lista de exigências. Para negociar, vocês têm de estar de acordo com isto: um, dois, três, quatro, cinco!. E a RENAMO disse: Muito bem. Mas para negociarmos vocês têm de estar de acordo com isto.... E enviaram 17 pontos. E o diálogo acabou, sem nunca as duas delegações se encontrarem.

Quem estava por detrás da RENAMO?

- Eu penso que, na realidade, não havia nada, nem ninguém. Aliás, como penso suceder em muitas das guerras em África. No início, a Rodésia e a África do Sul apoiaram a reacção de alguns moçambicanos contra a FRELIMO. Claro que a Rodésia branca, de Ian Smith, não queria ter ao lado um país marxista. E o mesmo sucedeu com a África do Sul; se havia um país que apoiava o ANC, então eles apoiavam quem se opunha ao Governo de Moçambique. Mas nunca a Rodésia nem a África do Sul foram os 'padrinhos' da RENAMO. Eu penso que a RENAMO foi sempre autónoma. Era uma reacção de moçambicanos, que contava com um certo apoio dos chefes tradicionais, que tinham sido humilhados pelas estruturas da FRELIMO. E, depois, havia os erros da FRELIMO, a corrupção, as nacionalizações.

Havia portugueses por detrás da RENAMO?

- É difícil dizer. Haveria, certamente, alguns portugueses que olhavam bem a Renamo, os portugueses são saudosistas... E haviam aqueles que tinham visto os seus bens nacionalizados. Mas eu nunca vi ninguém a dizer a Dlakhama você tem de fazer isto, fazer aquilo. Não, era mesmo o Dlakhama que decidia.

As negociações fracassaram e...

- Em 1989, nós decidimos: É preciso tomar uma iniciativa. E começámos a dizer a Dlakhama que teria de se deslocar a Roma. Pedimos autorização ao Governo italiano e este disse que sim, mas acrescentando que a deslocação teria de ser secreta. De qualquer modo, informámos o Governo moçambicano de que iríamos tomar uma atitude deste género. O Dlakhama foi a Roma, secretamente, encontrou-se com alguém do Governo italiano e, então, disse que as negociações teriam lugar em Roma.

Quem estava no Governo em Itália?



- Na altura, Andreotti já era primeiro-ministro e ajudou-nos muito. Dlakhama chegou sem documentos e os serviços de segurança deixaram-no entrar, e sair de Itália, sem qualquer documento. Ou seja, o Governo italiano deu cobertura à operação.

E pagou os custos?

- Não. Os custos pagámos nós. Gastámos uma verba significativa para nós, mas que não era nada comparada com os custos da guerra.

e o Governo.

E...

- Depois dessa visita de Dlakhama a Roma, dissemos ao Governo moçambicano que era chagada a altura de se encontrar secretamente com a RENAMO, em Roma. Nós garantíamos o sigilo. O Governo moçambicano aceitou, mas a RENAMO mostrou algum receio. E só em Julho de 1990 é que houve o primeiro encontro.

Na altura, decorria em Itália o Mundial de futebol...

- É verdade. E nós pensámos, entre outras loucuras que fizemos, em levar as duas delegações a um desafio de futebol do Mundial, um jogo entre as selecções dos Camarões e de Itália, em Roma. E tivemos um problema sério, porque um dos elementos da RENAMO era parecido (uma semelhança longínqua, mas uma semelhança) com... Pelé. Eles foram para o jogo rodeados pela segurança italiana, não tinham documentos e, de um momento para o outro, no estádio, centenas de pessoas começaram a britar Pelé! Pelé! e a segurança entrou em pânico. Foi um problema sério [D. Matteo, que confessa nunca ter entrado num estádio de futebol, ri-se às gargalhadas].

As negociações...

- As duas delegações encontraram-se e nós fizemos um primeiro documento, um documento-base para a paz, que começava com uma frase do papa João XXIII: buscar aquilo que nos une e colocar de lado aquilo que nos divide. Em segundo lugar, as duas partes reconheciam-se como filhos da nação moçambicana, da mesma família. Em terceiro lugar, ambos concordavam em prosseguir com este método de encontros para encontrar uma solução para o problema da guerra em Moçambique. E o encontro decorreu tão bem que, no final, apesar de ser uma reunião secreta, as duas partes decidiram tornar público o comunicado. E quiseram que se soubesse que voltariam a encontrar-se. Foi uma bomba!



Eles ainda estavam em Roma quando foi divulgado o comunicado?

- Sim. Mas nós impedimos que eles falassem com os jornalistas, porque o encontro era secreto. Sabem que nem sequer temos fotos desse encontro?! Tínhamos receio de estragar tudo e, portanto, nem sequer tirámos uma foto que fosse nesse dia 10 de Julho de 1990.

Também assinou o documento?

- Sim. Assinei como testemunha, que era o estatuto da Comunidade de Santo Egídio.

E...

- Surgiu o problema de quem seriam os mediadores do processo de paz. E eu convidei-os a regressarem dali a um mês para resolvermos esse problema. Eles voltaram a Roma. O Governo não queria mediadores, queria falar directamente com a RENAMO, sem qualquer espécie de testemunhas. A RENAMO não aceitou, exigindo mediadores. Começaram as divisões: o Governo queria o Zimbawe como moderador, a RENAMO queria o Quénia. E nenhum queria o mediador do outro. Então, eles disseram: Já que estamos aqui, estes que nos ajudaram a encontrar-nos é que vão ser os mediadores. E ficaram como mediadores um representante do Governo italiano, o bispo da Beira, o fundador da Comunidade de Santo Egídio (Andrea Ricardi) e eu próprio. Nós confiamos em vocês. Vocês são os mediadores, disseram. E assim começámos a fazer a mediação.

E assim um padre, o D. Matteo, de um momento para o outro tornou-se num diplomata.

- Sim. De certa maneira, sim. Mas nunca me senti, nem nunca serei diplomata. Penso que um dos segredos é que eles confiaram em nós, porque viram que não tínhamos qualquer interesse em Moçambique e, por outro lado, porque éramos verdadeiramente neutrais, não defendíamos nem uns nem outros. Era uma autoridade moral, que os dois respeitavam. E que permitiu que eles falassem verdadeiramente entre eles.

As negociações...

- As negociações duraram dois anos. Começámos em Julho de 1990 e terminámos em Outubro de 1992.

A parte final foi difícil?

- Em Agosto de 1992, Dlakhama e Chissano encontraram-se em Roma. Foi o segundo encontro entre os dois líderes. E decidiram que a paz seria assinada antes de 1 de Outubro



desse ano. Eles foram-se embora e ficaram as duas delegações a negociar. Havia duas ou três questões de fundo que ainda não estavam resolvidas e que precisavam de ser analisadas por Chissano e Dlkhama. Este só chegou a Roma no dia 1 de Outubro e trabalhámos dois dias sem dormir. O acordo ficou concluído na tarde do dia 3 e decidimos assiná-lo no dia seguinte, 4 de Outubro, um domingo, dia de S. Francisco.

Qual foi o último problema a encontrar solução?

- Foi talvez o da administração. A RENAMO ocupava algumas zonas, nas quais tinha uma certa administração paralela. O Governo dizia: Chega! Agora vamos enviar o nosso administrador, a nossa administração. Fazemos a paz, então essas zonas são território moçambicano e nós somos o Governo. A RENAMO argumentava: Não. Vocês vão mandar em zonas que são nossas? Nós temos de ter a nossa administração. E cada um tinha as suas razões. O Governo dizia não poder aceitar a divisão do país. A RENAMO não queria ver militares do Governo nessas áreas e se isso acontecesse continuaria a lutar.

E...

- Chegou-se a um compromisso de que o Governo aceitava a administração da RENAMO como administração do Estado.

Seguiu-se a aplicação do acordo.

- De início não quisemos que a Comunidade fosse envolvida na aplicação do acordo. Quisemos guardar uma certa distância, quisemos constituirmo-nos como uma certa reserva, para o caso de haver problemas na aplicação do acordo. Por isso é que envolvemos a ONU; quem aplicou o acordo foram as Nações Unidas. Nós ficámos de fora, embora continuássemos a resolver algumas questões, uma vez que éramos os mediadores. Fazíamos propostas informais.

Acabou tudo em bem...

- Em 1994 foram feitas as primeiras eleições livres.

O acordo de paz em Moçambique é o grande triunfo da Comunidade de Santo Egídio nesta área?

- De certo modo, sim. Porque foi um papel formal e porque o acordo de paz resultou. Por outro lado, para muita gente foi um primeiro conhecimento da Comunidade. No entanto, a



esta acção seguiram-se outras, como o caso da Guatemala, em que promovemos encontros entre a guerrilha e o governo.